

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

ATA Nº 054

**PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO**

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Bom-dia, senhoras e senhores!  
Crianças, com é bom ver crianças aqui hoje.

Hoje, dia 09 de dezembro, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir recursos hídricos de Mato Grosso.

Todos aqui, hoje, vão ter a oportunidade de discutir e participar desta Audiência, falando, discutindo, perguntando.

Eu quero chamar para compor a Mesa: o Sr. Adão Flores, que é Procurador Federal, representante do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente; o Sr. Edson Nunes, Diretor de Recursos Hídricos da FEMA; o Sr. Ivan Corrêa, Diretor Técnico da SANECAP, que está aqui hoje representando o Presidente da SANECAP, Marcelo Oliveira; o Sr. Francisco de Arruda Machado, do Instituto Biociência da UFMT; a Sr<sup>a</sup> Valquíria Carvalho Azevedo, Presidente do Instituto Mato-grossense de Direito e Educação Ambiental - IMADEA.

Eu quero agradecer a presença de algumas pessoas: Carlos Avelino Ribeiro Filho, Presidente do Conselho de Ótica do Estado de Mato Grosso; José Messias de Barros; Vagner Jesus dos Santos, morador do Bairro São Sebastião, é importante a participação dos bairros; Antônio Lúcio Oliveira Neto, morador do Bairro Areão; Pastor Zacarias, da Assembléia de Deus Madureira; Francisco Tadeu Paroli, biólogo; Silvana Moura Alves, professora e consultora ambiental da UFMT; Helen Ramos, estudante de Biologia da UNIVAG; Claudil Jones de Miranda, técnico agrícola; Jean M. Van Den Haute, consultor das Águas e Magia; Antônio Carlos Ramos dos Santos, morador do Bairro Nova Esperança; Edna Maria Cesar, Coordenadora do Projeto Movimento Voluntário; Marco Miranda Pereira, acadêmico de Ciências Biológicas; Valdemar Borges; Suzana Hirooka, Presidente e pesquisadora da ECOSS, professora da UNIVAG; Tony Schuring, Presidente do Grupo de Apoio, Estudo e Pesquisa - PROTERRA; Juacy da Silva, Presidente do Instituto Mato-grossense de Cidadania - INDEC; Raimundo Silva Santos, Presidente da Associação de Moradores do Coxipó do Ouro; Eurípedes Rezende, Presidente da Associação Comercial do Bairro Pedra 90; Alberto Roberto Dellandrea - Presidente do Bairro UCAM Vila Nova; Milton Guerreiro, professor e diretor da Escola Bombeirinhos Mirins Ecológico Cultural de Várzea Grande; agradecemos também os bombeirinhos que estão aqui; Lúcio Antônio Malheiros, assessor parlamentar da Assembléia Legislativa; Marizete Caovila, assessora do Deputado Silval Barbosa; João Batista de Figueiredo, engenheiro ambientalista; Dílson Leal Silva, Presidente da Associação Ambiental de Cáceres; José Clemente de Barros, Presidente do Bairro Bosque da Saúde II; Elias Santos, Secretário de Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães; Afro Stefanini; Eliana Beatriz Lima, professora do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMT; Rubens Fábio Amaral, da Associação dos Moradores de Chapéu do Sol de Acorizal; Manoel Messias Pereira, Diretor da Cooperativa Informática; Leodato Vergílio Dalfovo, profissional liberal; Sérgio Augusto Soares,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

estudante de Geografia da UNIC; Carolina Joana da Silva, bióloga da UNEMAT; Edésio do Carmo, Presidente da AVAT.

Quero agradecer também a presença de todos os demais. Quero que todos participem ativamente dessa discussão. Na realidade, o que nós queremos aqui, primeiro, é tomar conhecimento de algumas realidades que nós não sabemos. É por isso que estão aqui algumas pessoas que representam alguns organismos que existem exatamente para dar encaminhamento a essas questões. E vamos também começar a definir uma política de trabalho, porque nós percebemos que têm muitas coisas acontecendo nos últimos anos.

Eu quero mostrar algumas fotografias, inclusive fotografias de quando eu cheguei aqui, há 23 anos. Nós vamos falar de recursos hídricos, de meio ambiente, mas a discussão vai girar em torno do rio Cuiabá.

Vejam só essa fotografia, por exemplo, de 1939, do Bairro Porto, tem a feira do Porto. Tirei essas fotografias do livro *Um olhar para Cuiabá*, de Cláudio Raimundo Bastos. É um trabalho maravilhoso que foi feito pela Maria de Lurdes Figueiredo Bastos da Silva Ramos, a quem peço licença para estar mostrando essas fotografias, porque certamente foram fotografias tiradas pela família. Ela fez um livro para mostrar o trabalho da família, inclusive a foto é de Cláudio Bastos.

Então, vocês vejam, 1939/1940, o que eu quero mostrar com isso é a diferença do rio Cuiabá de antigamente para o rio Cuiabá de hoje. Vamos mostrar algumas fotografias. São algumas fotografias de Raimundo Bastos, é um barco dirigindo para aquela chalana. Para nós vemos a navegabilidade, a vida que tinha o rio Cuiabá.

O Porto, como ele era congestionado. Olhem o movimento do Porto em 1937. Outra fotografia do Porto. São fotografias que nós tiramos do livro. Hoje, nós vemos a ausência disso tudo. Hoje, nós vemos desbarrancamento, assoreamento, lixo...

Isso aí é Baía de Chacororé, onde nós estivemos. Toda essa extensão aí é um canal que já foi tomado pelo lixo. Tudo que vocês estão vendo nessa fotografia é lixo. Há dois anos eu estive aí e todo esse canal era navegável, eu passei aí navegando com um barquinho, hoje já não dá, dois anos depois já não dá mais para navegar ali. Veja o volume de lixo que se acumulou em dois anos.

Pode passar para outra foto.

Então, quando eu falo da preocupação com o rio Cuiabá é porque mudou o rio Cuiabá.

Eu vou ler aqui algumas informações, porque é muito importante trabalhar com informações, com números, com dados.

Eu queria lembrar também que esta Audiência está sendo feita pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos que eu presido aqui na Assembléia Legislativa, e é composta pelo Deputado Zeca D'Ávila, que é o Vice-Presidente, e pelos Deputados Alencar Soares, Sebastião Rezende e Renê Barbour.

Eu gostaria de ler aqui algumas informações sobre água, sobre meio ambiente que é importante para trabalhar.

Em 2003, Ano Internacional de Água Doce.

Reconhecendo a importância crucial dos recursos hídricos para o futuro do planeta, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 2003 como Ano Internacional da Água Doce. A água doce é, por si só, o elemento mais precioso na vida, na terra. É essencial para a satisfação das necessidades humanas, à saúde, à produção de alimentos, à energia e à manutenção dos ecossistemas mundiais e regionais. Porém, ainda que 70% da superfície terrestre seja composta por água, apenas uma pequena parte, 2,5%, é água doce. E desse percentual, cerca de 70% está

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

congelada em calotas glaciais, ficando disponível para o consumo humano menos de 1%. De toda água que nós temos no planeta, apenas 1% está à disposição. Hoje, um bilhão e meio de pessoas em 26 países não têm acesso à água potável. Ou seja, um terço dos habitantes do planeta e 2,4 bilhões, cerca de 40% da população, não têm acesso ao saneamento básico.

Eu vou passando as informações, e vocês vão tendo no quadro ali algumas informações, para vocês fixarem bem a importância dessa questão da água.

Como consequência disso, segundo relatório da UNESCO, o desenvolvimento dos recursos hídricos, água para as pessoas, água para a vida, temos aquilo ali. Dêem uma olhada nos números.

Cerca de 2,2 milhões de pessoas morrem a cada ano em decorrência de doenças relacionadas à ingestão de água contaminada e à falta de saneamento. Quer dizer, a água, a falta de saneamento é envenenamento diário, é mortandade, é carnificina. Vocês já imaginaram 2,2 milhões de pessoas morrendo a cada ano? É um negócio impressionante.

Doenças, cujos vetores se reproduzem na água, também são responsáveis por um grande número de mortes. Aproximadamente um milhão de pessoas morrem de malária, a cada ano, e mais de 200 milhões de pessoas sofrem de esquistossomose.

Na pior das hipóteses - olhem só -, sete bilhões de pessoas, em sessenta países estarão enfrentando falta d'água na metade deste século, e na melhor das hipóteses dois bilhões de pessoas, em quarenta e oito países, estarão nesta situação.

Então, de qualquer maneira a situação é difícil, mas isso vai depender de fatores, como crescimento populacional e desenvolvimento de políticas. Esse trabalho que nós estamos fazendo aqui é uma contribuição para que isso possa mudar, e aí cada um tem que fazer um pouquinho.

Seis mil pessoas, na sua maioria crianças com menos de cinco anos de idade, morrem em consequência de doenças diarreicas diariamente. Aproximadamente dois bilhões de toneladas de lixo são jogados em rios, lagos e riachos todos os dias. A irrigação consome mais água do que qualquer outro setor usuário do recurso, sendo responsável por setenta por cento de toda água usada no mundo.

Todos os anos, de trezentos a quinhentos milhões de toneladas de metais pesados, solventes, sedimentos tóxicos e outros tipos de dejetos são despejados nas águas pelas indústrias.

Da água potável disponível para consumo existente no mundo, cerca de dezoito por cento estão no Brasil. E é por isso que nós discutimos a importância da água doce do Brasil para o mundo. Vocês imaginem, dezoito por cento da água potável do Planeta Terra estão aqui no Brasil. E nós dissemos que oitenta por cento dessa água no Brasil estão aqui na Amazônia Legal. Do total da água potável do Brasil, oitenta por cento estão aqui na Amazônia Legal. Aumenta mais ainda a nossa responsabilidade.

O setor agrícola é o que mais utiliza água: cinquenta e nove por cento. Aí seguido dos setores doméstico e comercial, que utilizam 22%; a agricultura 59%, quase 60%, aí o setor industrial, que é responsável pela utilização de 19% do total do consumo. No Brasil, apesar da abundância, existe déficit. Parece difícil de entender, mas ainda que a disponibilidade de água no Brasil seja alta a sua distribuição é desigual, concentrando-se em regiões onde a densidade populacional é menor. Regiões Norte e Centro-Oeste abrigam, aproximadamente, 89% das águas brasileiras. Então, vejam que onde nós estamos, entre Norte e Centro-Oeste, estão quase 90% da água disponível no Brasil. Só que aqui estão, apenas, 14% dos brasileiros.

Está na pesquisa do IBGE. Segundo o IBGE, dos 70% da população que possuem domicílios, um quarto não conta com água potável; quase a metade não tem serviço de esgoto;

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

apenas 6% dos esgotos são tratados; mais de 90% são lançados nos rios, nos solos e nos mares. Cerca de 58% dos municípios brasileiros não dispõem de água tratada.

Esta informação é muito séria. Segundo a Organização Mundial de Saúde a falta de água potável, de saneamento, é causa de 80% das doenças e de 65% das internações hospitalares no Brasil, implicando em gastos anuais de dois e meio bilhões de dólares. Segundo a mesma fonte, a cada um dólar gasto em saneamento, economiza-se de quatro a cinco dólares com despesas médicas. Quer dizer, a prevenção é infinitamente melhor e mais barata. É mais barato para o Governo investir em educação ambiental e saneamento básico do que na despoluição dos rios e na saúde pública.

Eu estive, agora, fazendo um trabalho no rio Tietê. O rio Tietê tem uma história de 300 anos de poluição. Em 1992, acordaram para o rio Tietê e começaram a fazer um trabalho de despoluição. Muito bem, começaram em 1992 e de lá para cá eles já investiram dois bilhões e meio de dólares e só conseguiram diminuir um pouco o mau cheiro. Quer dizer, irão mais setenta anos, oitenta anos, para despoluir o rio Tietê, se não jogarem mais nada daqui para frente.

Então, vejam que é uma coisa, praticamente, impossível um dia o rio Tietê voltar a ser o que era. Você anda quilômetros e quilômetros pela marginal Tietê e não vê um pé de árvore nas margens do rio Tietê. Eu mostrei nas reportagens que ficaram rodando anteriormente ao início desta Audiência e é uma degradação. É desesperadora a situação ali.

Existem histórias no mundo, como a do rio Sena, em Paris, e do rio Tâmsa, na Inglaterra, em Londres, que passaram pela mesma situação do rio Tietê. Hoje, são rios onde se bebe água, onde se navega, onde se toma banho. Então, ainda tem esperança para o rio Tietê e muito mais ainda para o rio Cuiabá.

Mato Grosso, o Estado das águas: 5,24% da água doce disponível no mundo - olha que maravilha isso - nasce e escoar no Estado de Mato Grosso. Então, nós somos importantes para o mundo, por isso que o mundo vive de olho aqui.

Mato Grosso é a terceira unidade federativa do Brasil em extensão territorial, o terceiro maior Estado deste País, com novecentos e seis mil quilômetros quadrados, dividido aí, hoje, em cento e trinta e nove municípios, cinquenta e uma área indígena, ocupada por uma população de aproximadamente dois milhões e meio de pessoas.

Hoje, Mato Grosso é considerado o Estado das águas. Abrigamos importantes nascentes de rios, formadoras das bacias Amazônica, Platina e Araguaia/Tocantins, e ambientes geológicos favoráveis a um grande potencial de reserva de água subterrânea.

Os rios Juruena, Teles Pires, Xingu, Araguaia, Paraguai, Piquiri, São Lourenço, das Mortes e Cuiabá encontram-se entre os mais importantes do Estado. Temos ainda o privilégio de abranger parte de três importantes biomas brasileiros: a Floresta Amazônica, com mais de 52%; o Cerrado, com 40%; e o Pantanal Mato-grossense, com 7%. Estão aí essas informações importantes.

O rio Cuiabá é formado pela união - são as informações que temos, qualquer correção pode ser feita, qualquer sugestão e opinião podem ser dadas com relação a essas informações pelos técnicos e historiadores que temos aqui hoje - dos rios Cuiabá da Larga, que nasce na Serra do Tombador, no Município de Nobres, e Cuiabá do Bonito, que nasce nas Serras Azuis, Município de Rosário Oeste. E é na localidade de Limoeiro que os dois rios se encontram, e a partir daí passa a se chamar rio Cuiabá, correndo na direção norte-sul até desaguar lá no rio Paraguai. Da sua formação até desembocar na foz do rio Paraguai, as águas do rio Cuiabá percorrem um total de novecentos e oitenta e um quilômetros. Nesse trajeto, abastece diariamente onze municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento e mais de 900 mil habitantes. Estima-se que em 2010, 1,3 milhões de habitantes terão o rio Cuiabá como seu principal abastecedor de água.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

O rio Cuiabá tem história de importância fundamental para a consolidação do território mato-grossense. O rio Cuiabá foi, por longos anos, a única via de acesso ao centro de desenvolvimento da nação e ao litoral. Milhares de espécies de animais e plantas dependem dele. É o rio que mais deposita água no Pantanal e foi considerado pela Constituição Federal de 1988 um patrimônio nacional e pela UNESCO, em 2000, reserva da biosfera.

Quando eu mostrei aqueles fotos de 1939 e 1940, vocês viram que o rio Cuiabá tinha uma outra história, era uma outra fotografia, era uma outra realidade. Ele era muito navegável, tanto que, até 1961, era completamente navegável, Sr. Avelino Tavares, até aqui no Porto, até 1961. Então, foi ontem e de ontem para cá, porque 10, 20, 30 anos na história é muito pouco, isso acabou. Quer dizer, são canoinhas que hoje... Como é que vai ser daqui a 30 anos? O que vai virar o rio Cuiabá? Por isso que...

Hoje eu não vejo, pode até existir, mas não vejo ações efetivas, políticas efetivas criadas sendo desenvolvidas. Eu só vejo acontecerem problemas. Quando eu leio questões técnicas com relação à draga, por exemplo, existem correntes que falam que draga é importante porque auxilia no desassoreamento do rio. Muito bem. Quando você começa a ler e verificar a questão das dragas, existem lá as questões técnicas. Como se instala uma draga? Existe a questão da distância que draga deve ser instalada da margem, onde tem que ser instalada, porque ela só ajuda se desassorear, ou seja, se tirar de dentro do rio alguma coisa que está lá dentro em lugar errado, depositado onde não devia. Porque, até onde eu sei, quero que me corrijam, ninguém sabe nada aqui, todo mundo está aprendendo, assoreamento... Por exemplo, eu vejo desbarrancamento no rio, porque eu tenho filmado isso e feito reportagens todos os dias, esse barranco cai para dentro do rio e essa terra começa a ficar dentro do rio num lugar onde não deveria. Eu entendo que a draga pode ajudar se for colocada num lugar onde ela vai tirar algo depositado dentro do rio, em local onde não deveria estar depositado, aí eu até entendo que ela é benéfica.

Agora, eu pergunto, existe um estudo técnico, por exemplo, eu li em algum lugar, que a draga tem que estar instalada a 15 metros da margem, aqui no nosso relatório importantíssimo feito pela Defesa Civil do Estado de Mato Grosso, o documento chama-se Considerações e Análise da Vida Física do rio Cuiabá, pelo meu querido amigo Domingos Iglesias, não sei se estou errado, mas aqui diz que a draga tem que ser instalada a 15 metros da margem.

Eu conheço dragas, e muitas estão coladas nas margens. Então, eu quero saber o seguinte, é só um parêntese que estou abrindo aqui, será que existe estudo profundamente técnico feito em cima de cada draga que é instalada no rio Cuiabá? Cada draga está instalada corretamente em cima, e ela está desassoreando o rio? Ou essas dragas de alguma forma estão prejudicando o rio? Eu quero saber. Se aqui tem alguém que possa me dizer, se cada draga está instalada em local perfeitamente correto no rio Cuiabá. Porque, se não estiver, a draga passa a ser também um problema.

Aqui eu vejo hoje, por exemplo, quais são os riachos que formam o rio Cuiabá e vejo que a maioria está seca, a maioria por problema de assoreamento. E outros, rio Pari, segundo a Defesa Civil, está seco; córrego do Carandá seco; Esmeril seco; Espinheiro seco; córrego Funil seco; Jangada seco; Ribeirão Grande seco, isso do lado direito; lado esquerdo, Bonito, que foi um dos formadores do rio Cuiabá, está seco; córrego do Buriti seco; córrego Pedra do Buriti seco; córrego Ribeirão Pari Caetano seco; Córrego Forquilha seco; córrego Ribeirão do Engenho seco. Tudo isso é história.

É importante que nos conheçamos isso, porque a situação é séria. Segundo o relatório da Defesa Civil, os principais agentes degradadores do rio são os desmatamentos, assoreamento, poluição. Hoje, seguramente cinquenta por cento da mata ciliar original do rio Cuiabá já foram desmatadas - dados desse relatório. Você já imaginou, cinquenta por cento da mata ciliar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

original já foram desmatadas! O rio Cuiabá foi navegável até 1961 até Cuiabá. E no Estado, até 1983, ele era navegável até Porto Cercado. Daí para frente, ele perdeu toda a sua navegação comercial devido ao assoreamento e à mutação do seu leito. Então, você veja que, em 1939, ele era daquele jeito. Olha o tamanho das barcas que chegaram aqui. Isso foi ontem! O ano de 1940 foi ontem. Hoje essas barcas não chegam mais aqui, por quê? Por causa do assoreamento e da mutação do leito. O que está causando isso no rio Cuiabá? Segundo a Defesa Civil, nesse relatório, o problema do afloramento das partes médio e baixo do rio Cuiabá é muito grave e ao nosso ver irreversível. Você já imaginou se eu quisesse tratar disso, quantos bilhões de dólares precisariam ser investidos no rio Cuiabá? Hoje é questão de bilhões de dólares que nós temos que investir no rio Cuiabá, não é mais pouco dinheiro, não. Hoje é muito dinheiro.

Quero encerrar aqui com o seguinte... Eu não sei se está aqui a professora com quem eu conversei esses dias, que trabalha com análise, que me disse que, segundo o CONAMA, por exemplo, pode-se tolerar mil coliformes fecais em 100ml de água. Na minha opinião de leigo, eu acho que não pode tolerar nenhum. Não pode ser nenhum. Mas nós vamos nos acostumando com essas de tolerar... Então, disse que dá para tolerar mil coliformes fecais em 100ml de água. Eu recebi informações que já foram encontrados - são permitidos mil - no rio Cuiabá mais de 48 mil em 100ml de água, que é um tantinho de água. Eu acho que isso aqui de água, não é Chico? Menos isso aqui de água são toleráveis mil coliformes fecais. No rio Cuiabá, já tem 48 mil coliformes fecais.

E o dado mais importante é que 70% do abastecimento de água de Cuiabá saem do rio Cuiabá. 70% da água que vão para as residências e que o povo consome saem do rio Cuiabá.

Diante disso, são apenas algumas informações e que nós estamos começando a fazer um... Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, estou começando, na medida do possível, com a colaboração de todos vocês, das autoridades que estão aqui, a buscar o rumo, tomar um rumo, nós temos que discutir e tomar um rumo. Porque eu estou aqui há 23 anos e confesso que eu não vi, eu não vejo, eu não conheço, eu não tenho conhecimento de que esteja sendo dado um rumo e que se tenha política definida para essa questão. E, Cuiabá cresce de 7% a 10% ao ano. Para se ter uma idéia de como Cuiabá cresce, em 1970, que foi ontem, Cuiabá tinha apenas 50 mil habitantes, era ontem, isso foi ontem. Hoje, nós temos 500 mil habitantes. Então, vejam como Cuiabá cresceu e Cuiabá vai continuar crescendo nessa mesma proporção, porque Mato Grosso, o Centro-Oeste é a última fronteira de expansão do país. Não se ouve mais as pessoas falarem: "Ah! Eu vou tentar a vida no Rio Grande do Sul, eu vou tentar a vida no Paraná, eu vou tentar a vida em Mato Grosso do Sul!". Não se vê mais isso! As pessoas falam assim: "Eu vou tentar a vida no Centro-Oeste, é em Mato Grosso!". E aí, essas pessoas vêm para cá, a história diz isso. Hoje, mais de 60% das pessoas que vivem aqui em Mato Grosso não são daqui.

Então, ou nós começamos a nos preocupar... Porque a partir de agora a degradação vai ser muito mais rápida, vai ser muito maior. E quando eu vejo o que o rio Cuiabá era ontem e é o que é hoje, aí que eu fico preocupado.

Então, quero começar a fala aqui primeiramente para essas pessoas que estão na Mesa e quem quiser falar pode se inscrever, porque todo mundo vai falar aqui. E é importante que a gente abra o coração mesmo para questionar, porque aqui é o seguinte, aqui existem autoridades, só que são autoridades, ou que são daqui ou que escolheram esta terra aqui para viver. Então, apesar do cargo que ocupa ou do cargo que nós ocupamos, todos temos responsabilidade como cidadãos com essa causa, porque um dia esta geração não vai estar aqui e essa geração que está chegando agora vai estar aqui. Hoje, é uma questão de cidadania, cada um aqui... Alguns estão investidos de autoridade, mas todos aqui querem melhorar essa situação, como cidadãos, como mato-grossenses, como novos mato-grossenses. Então, é uma questão de responsabilidade de todos aqui.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

É por isso que eu tenho certeza de que esta Audiência Pública vai começar a nos mostrar, quem sabe começar a apontar um caminho. Vou passar a palavra para o Adão Flores. Você é cuiabano, Adão? Ou pelo menos quase, não é?

O Sr. Adão Flores (RESPONDE FORA DO MICROFONE) - De coração, há mais de 30 anos...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Há mais de 30 anos aqui. Eu quero que você fale, Adão, você que representa o IBAMA, para depois eu abrir a palavra para todas as pessoas que estão aqui, também para todos que não estão na mesa.

Solicito que as pessoas façam suas inscrições, vou estabelecer um prazo de cinco minutos nesta primeira rodada na Mesa, depois abriremos para a platéia e depois a discussão começa a se estabelecer.

Com a palavra, o Sr. Adão Flores.

O SR. ADÃO FLORES - Quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo por esta iniciativa, a sua preocupação com o rio Cuiabá, mas essa também é nossa preocupação há muito tempo.

Como Procurador Federal, destacado para atuar junto ao IBAMA, pela nossa Procuradoria-Geral Federal, temos tentado conscientizar, principalmente os engenheiros florestais, quando tratam de projetos com relação a desmatamentos desordenados, a ampliação de pastos da pecuária, a ampliação do plantio de grãos em nosso Estado. Eu fico mais preocupado quando os nossos governantes abrem os braços e dizem orgulhosamente: “Mato Grosso está produzindo mais de cem milhões de grãos.” O que significa isso? Mato Grosso está com mais de 20 milhões de cabeças de bovinos e estão vindo para cá milhões ou milhares de produções de suínos, galináceos, etc.

O que representa tudo isso para a sociedade e para a humanidade? Quando se fala em milhões de grãos, fala-se em milhões de árvores desmatadas. Quando se fala em milhões de cabeças de bovinos, fala-se em milhões de quilômetros desmatados. Quando se fala na ampliação do agronegócio, está se falando na destruição da natureza, de todas suas infra-estruturas, está se falando na destruição dos *habitats* dos animais, dos pássaros, está se falando no assoreamento dos rios, está se falando também na destruição da vida. E isso é muito importante.

Quanto mais cresce a pecuária, a produção de grãos, quanto mais cresce desenfreadamente o surgimento de novos centros urbanos, mais degradação ambiental vai haver no mundo. Isso se torna de uma certa forma incontrolável, o homem não aprendeu a controlar a degradação ambiental. Isso através da história da humanidade, desde o surgimento da civilização, no mundo dos caldeus, assírios e babilônios. Se nós formos estudar toda história da antiguidade e estudar a história do mundo egípcio, do império romano, nós veremos que através da humanidade o homem sempre degradou, mas nós estamos preocupados com Cuiabá.

Quando o nosso Deputado mencionou tão bem toda essa estatística aí, ele está certíssimo, o custo da recuperação de uma bacia hidrográfica é monstruosa, nós não podemos mensurar o quanto, ele falou em alguns bilhões, eu acho que são muitos bilhões. O custo que se fez para que Mato Grosso chegasse nesse potencial de riqueza, de grãos, de gado, etc, sobre desenvolvimento urbano, ele tem um custo muito mais caro para a sociedade, que é a destruição da natureza, é a destruição da sua infra-estrutura, é a destruição da vida. Talvez, para nós, ainda não é tão preocupante, mas para as futuras gerações, temos certeza de que será, porque além de toda essa degradação ambiental que existe hoje na nossa região, na nossa cidade, a destruição dos nossos rios, a destruição da bacia hidrográfica do rio Cuiabá, a destruição de todos os seus afluentes, nós ficamos preocupados.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Com relação a Manso, que foi projetada ali, nós temos uma estatística do rio Manso que nos anos sessenta, quando surgiu a hidrelétrica do rio da Casca, o rio Manso representava em termos de afluência para o rio Cuiabá, 46% das suas águas. Dez anos atrás, o rio Manso representava 16% da afluência do rio Cuiabá, hoje o rio Manso não tem nem 5%. O que leva a crer a dificuldade que tem, inclusive para o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Manso. Eu posso antever que daqui a vinte, vinte e cinco anos, nós teremos um grande elefante branco chamado Usina de Manso que era uma antiga hidrelétrica que fornecia energia elétrica para todo Estado de Mato Grosso e, particularmente, para Cuiabá e região. Por quê? Porque está havendo um desmatamento desenfreado na cabeceira do Manso, na região de Gaúcha do Norte, de Paranatinga e todos os seus afluentes estão secando. Isso quer dizer que o Manso, daqui a vinte ou vinte e cinco anos, deixará de alimentar os reservatórios de água, para a geração de energia elétrica na Usina de Manso. Isso é uma das conseqüências da degradação ambiental.

Mas a mais preocupante que eu acho é com relação à saúde da população.

Agora há pouco, um colega de Cáceres disse aqui com relação ao lixão que está sendo construído em Cáceres, na cabeceira de uma nascente de um rio que alimenta a cidade. É essa uma das preocupações. Nós não vemos investimentos governamentais, quer seja do Governo Federal, quer seja do Estado, quer seja dos Municípios, na preocupação da preservação do meio ambiente e, principalmente, do respeito aos lençóis freáticos que alimentam uma cidade, um centro populacional, um centro urbano. Isso traz enormes prejuízos para a saúde não só das crianças, como de toda a população.

Se nós formos falar sobre os recursos hídricos, aqui, através da história da humanidade, nós vamos entrar na nossa preocupação com relação ao Pantanal, à Bacia Pantaneira, à Bacia Amazônica, à destruição, ao incentivo dos nossos governantes para que nossos empresários destruam o que há de mais sagrado para a humanidade, que é a preservação da natureza.

O dia que se destruir a Amazônia - está escrito já na Bíblia - será a destruição da humanidade, porque a Amazônia é o último reduto da mãe natureza, que representa para nós da humanidade a vida. E a água, dentro desse contexto, é o principal líquido precioso do novo milênio.

Se nós voltarmos os nossos olhos para um planejamento articulado e bem realizado com relação à água, na exportação de água, por sermos o Brasil o maior potencial hídrico do mundo - como bem mencionou o nosso Deputados -, nós vamos ver que o segundo maior produtor de água potável do mundo é a Rússia, com 13,5%, e na sua maioria são calotas polares, águas congeladas. Em terceiro lugar vem os Estados Unidos com 3,4%. Nós temos, o Deputado mencionou 18%, mas nós temos uma pesquisa em que o Brasil tem 24% da água potável do mundo, que é 12,5% de toda a água existente no Planeta. Conseqüentemente, se nós analisarmos esse potencial hídrico que nós temos, já que a Europa só possui 0,91 desse potencial hídrico de água potável no mundo, nós vamos dizer que nós somos o mais importante País com potencial hídrico no mundo. Por isso que as nações ricas do mundo, capitaneadas pelos Estados Unidos, estão transformando a Amazônia em patrimônio da humanidade, estão transformando o Pantanal em patrimônio da humanidade, estão transformando Foz do Iguaçu, com todas as suas cataratas, em patrimônio da humanidade, e nós, brasileiros, vemos isso passar, toda essa banda de enganação, deixando que os nossos governantes assinem todo e qualquer tratado, transformando os nossos potenciais hídricos em patrimônio da humanidade. E, hoje, os Estados Unidos, a Europa, etc, ensinam em suas escolas, às suas crianças, que a Amazônia, o Pantanal, Foz do Iguaçu são patrimônios da humanidade fora do mapa brasileiro, um verdadeiro desrespeito a tudo que nos pertence. Se o Brasil fizer um planejamento voltado à exportação de água e tiver os devidos cuidados com os lençóis freáticos, potenciais hídricos da cidade, a exemplo do rio Cuiabá, temos certeza de que a exportação de água para o mundo terá maior receita de exportação que o Brasil

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

possa adquirir. Ou seja, uma receita que somada a toda exportação de bovinos, de frutas, de petróleo, a exportação de água dará muito mais rentabilidade.

Nós podemos delongar sobre esse assunto, ir muito longe. São vários temas dentro do próprio tema recursos hídricos, potenciais hídricos, que poderíamos passar o dia inteiro discutindo, a semana inteira discutindo. É importante o interesse da sociedade nesse debate. É importante que uma Casa como a Assembléia Legislativa se preocupe com isso, através do nosso Deputado Sérgio Ricardo. Porque se não tomarmos os devidos cuidados, se não chamarmos nossos governantes, nossos Prefeitos, nossos Deputados, à responsabilidade, veremos mais um rio poluído, a exemplo do rio Tietê, em São Paulo, como foi projetado. Porque quem conheceu o rio Cuiabá, há trinta e dois anos, como eu conheci, quando a garotada pulava do entorno da ponte dentro do rio, sabe que se pular hoje vai estourar a cabeça em cima de pedras. Nós ficamos tristes. Ficamos tristes por quê? Porque nós estamos vendo a morte do rio e nada está sendo feito para recuperá-lo, para salvá-lo. Naturalmente, esse custo é monstruoso. Eu acho que o custo mais barato que há é a educação da sociedade, a educação das nossas crianças nas escolas e, principalmente, a conscientização dos nossos governantes no surgimento de novos centros urbanos.

Paramos por aqui, devido ao tempo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Isso aí é rio Cuiabá aí na Boca do Gambá.

O que acontece? Mais uma informação. Para cada um litro de lixo que se joga dentro do rio, para cada um litro de água poluída, você polui oito litros. Então, você imagina... Volta uma fotografia anterior que está mais concentrado o lixo... Olha essas garrafinhas verdes, tem um monte de Q-boua... Q-boua que eu digo não é essa marca, é a água sanitária. Então, você vê que ali tem vários recipientes de material de limpeza, que é químico. Detergente, olha quanto detergente! Então, você vê que é tudo altamente... Tem ali de óleo diesel... Isso está no rio Cuiabá. Isso é fácil você ver. É só ir ali no rio Cuiabá que vê.

Deixa eu passar a palavra agora para o Sr. Edson Nunes, que é Diretor de Recursos Hídricos da FEMA.

O SR. EDSON NUNES - Eu quero cumprimentar o Deputado Sérgio Ricardo pela brilhante iniciativa.

Nós percebemos que embora, hoje, a questão ambiental seja encarada por muitos políticos como primordial para sobrevivência do ser humano, o Deputado Sérgio Ricardo tem sempre estado à frente desse assunto com especialidade do rio Cuiabá.

Eu não quero adentrar muito à questão agora porque eu acho que deveríamos ouvir a população e deixar para concluir no final, porque eu tenho alguma proposição para fazer, qual o caminho que deveremos tomar.

Então, eu queria passar para outro falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu queria ouvir a fala da Dona Valquíria, que é Presidente do Instituto Mato-Grossense de Direito de Educação Ambiental.

A SR<sup>a</sup> VALQUÍRIA CARVALHO AZEVEDO - Eu quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo porque está tomando uma iniciativa de grande relevância para todos nós, para a sociedade, e conclamar todos que estão aqui, autoridades, sociedade de um modo geral, as crianças, para que abracem essa causa.

Nós ambientalistas - aqui têm muitos presentes, o Professor Chico, todo mundo - só temos a agradecer iniciativas como essa.

Eu vim para ouvir e, de repente, fui convidada para compor a Mesa. Estou muito honrada com isso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Eu quero só colocar uma pequena ação nossa. Há uns três, quatro anos, nós vimos trabalhando o SOS Rio Cuiabá, agora mesmo o braço desceu, e temos retirado toneladas de lixo do rio, toneladas. Quando o pessoal chega... Eu fico mais nos bastidores, fazendo relatório, escrevendo projeto, eu nunca estive à frente, coletando o lixo, mas cada um tem sua função e a minha função é essa, relatar, escrever projeto e fazer relatório final.

Do ano passado chegaram-nos diagnósticos tristes demais. Além da pobreza que nem queremos mais tocar nisso, porque é claro e evidente, há a questão da saúde pública, muita hanseníase, muita doença de pele. O que quer dizer isso? Quer dizer que as pessoas estão tendo contato direto com água contaminada e reflete direto na pele. Qualquer pessoa que mexe muito com produtos químicos irrita a pele. Isso é claro. Então, há as questões de verminose, doenças de pele, leishmaniose e até tuberculose. Desceram médicos, dentistas e educadores ambientais no ano passado. O barco chega daqui a alguns dias e eu vou fazer novamente o relatório e vou poder estar socializando para vocês as novidades deste ano.

Então, quero aqui colocar para vocês uma ação pequena nossa. Se cada um fizer um pouquinho, como o Deputado está fazendo, como os nossos governantes, o professor Edson, o Procurador do IBAMA, do professor Chico, a professora Carolina, que está aí, a ADERCO, Elias, enfim, as pessoas que eu conheço que trabalham no movimento ambientalista.

Eu acho que essa ação tem que ser individual e ao mesmo tempo coletiva, porque a nossa responsabilidade é muito grande. Nós tivemos o privilégio de ter esse meio ambiente lindo, maravilhoso, com qualidade de água. E os nossos filhos e netos? O que estamos deixando para essa geração que está vindo aí? Eles vão fazer uma leitura diferente. Nós herdamos coisas boas dos nossos antepassados, mas o que vamos deixar para essas crianças que estão chegando. Essa é a grande reflexão que temos que fazer. Como vamos deixar o meio ambiente para essas crianças que estão chegando? O que eles vão deixar para seus filhos? Vamos fazer uma reflexão e cada um fazer um pouquinho.

Eu aproveito aqui para convidar a todos, no início do ano que vem vamos estar fazendo o primeiro mutirão ecológico do movimento comunitário. Hoje eu sou uma presidente de bairro, represento um bairro aqui de Cuiabá, e tenho trabalhado junto com os líderes comunitários, presidentes de bairros, e tenho sentido que eles têm vontade... Eu falei: vamos fazer um movimento com esse pessoal, que está ai, que está trabalhando, mas que não tem essa prática da defesa do meio ambiente. Então, se tiver algum presidente de bairro aqui, que quiser somar comigo depois nessa grande ação, que vai ser no início do ano que vem, eu estou à disposição. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - As pessoas que quiserem falar também, podem ir se escrevendo. As inscrições estão sendo feitas, e já abriremos a palavra para a platéia.

Com a palavra, o Sr. Ivan Corrêa, que é o Diretor da SANECAP, órgão municipal responsável pela água de Cuiabá.

O SR. IVAN CORRÊA - Quero cumprimentar o nosso nobre Deputado Sérgio Ricardo, o Sr. Edson da FEMA, o Sr. Adão, representante da Procuradoria do IBAMA, o Sr. Francisco Machado, ecólogo e professor da Universidade, a Sr<sup>a</sup> Valquiria, a platéia.

Com muita alegria e satisfação, Deputado Sérgio Ricardo, eu trabalho com saneamento desde 1982, na SANEMAT, hoje SANECAP, eu tenho acompanhado a evolução do saneamento na Capital e até no Estado.

Nós temos que separar o saneamento antes do Estado e hoje remunicipalizado, retornando, cumprindo a Constituição, aos municípios suas concessões.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Houve períodos negros no saneamento do Estado, e foram transportadas para os municípios muitas irresponsabilidades políticas. Cuiabá foi um dos municípios mais atingidos com essas irresponsabilidades.

Com a devolução para os municípios, voltou-se a esperança de todo recurso gerado aqui ser devolvido para o município em forma de investimento, em forma de melhoria, para que essa comunidade tivesse alcance a esse serviço.

Acompanhamos toda essa evolução e saímos de um abastecimento de água de 65%, 70%, para 98%. Saímos de um saneamento de 25%, 30%, para 65%, 70%. Nunca se fez tanto em Cuiabá como se fez nesta gestão. Roberto França pegou o sistema em 78/79 e, hoje, a cidade contempla elevatório de Prainha, ampliação do sistema de esgoto, Estação de Tratamento (ET) Carmindo de Campos, Lagoa do CPA totalmente reformada. Contempla a Lagoa do Tijucal com doze sistemas pequenos de tratamento, e projeta-se, procura-se melhorar a cada dia. É de conhecimento de todos vocês, da área técnica, que o custo de esgoto é muito caro.

Para vocês terem uma idéia, a implantação de uma rede de esgoto junto com um sistema de tratamento definido hoje se faz com em média dois mil e quinhentos dólares por ligação. E às vezes nós temos que carrear recurso federal de emendas, recursos da União para que o serviço seja oferecido à comunidade. Dessa maneira, nós procuramos trabalhar dentro de Cuiabá com um projeto de hoje, uma exigência também de hoje... Nosso nobre Deputado falou que não se vê uma política. É uma política talvez tímida, mas ela existe, porque enquanto empresa de saneamento, somos obrigados, cerceados a normas, a leis para que tenha um investimento no município. Esses investimentos oriundos de arrecadações, de recursos federais e emendas.

O crescimento desenfreado, desordenado, hoje, instalado dentro de Cuiabá dificulta também e muito, tanto água como esgoto. Nós procuramos atender da melhor maneira possível. Buscamos dentro de um Plano Diretor defendido. Nós temos, hoje, exigências dos organismos que nos repassam recursos de que exista dentro de Cuiabá um Plano Diretor. Esse Plano Diretor já está sendo trabalhado em comum com a FEMA, junto com o Sr. Marcelo Portocarrero.

Falou-se muito em Projeto Pantanal. Hoje, nós estamos buscando recurso para o Projeto Pantanal junto ao Governo do Estado, uma integração entre Cuiabá e Várzea Grande. Nós temos participado com encaminhamento de propostas e projetos à FUNASA, à Caixa Econômica e ao BNDES, para que os recursos sejam revertidos nos próximos anos, ou, para ser mais objetivo, no próximo ano, para que o esgoto seja tratado conforme deve. Nós dividimos o esgoto em sub-bacias e bacias. Essas bacias não podem ser tratadas isoladamente, elas têm que ser tratadas em conjunto. E diante de toda essa expectativa, de toda essa necessidade, nós viemos aqui, hoje, a esta Audiência Pública, com bastante alegria, para buscarmos, não só os Deputados, mas o Poder ora governante e seus governantes, que eles façam leis, façam normas, procedimentos, mas eu acho que está na hora de alertar a comunidade. A todo programa de rádio e televisão que vou, que sou solicitado, eu transmito essa mesma mensagem, que as pessoas têm que usar racionalmente a água, usar racionalmente a água que, hoje, é colocada na sua porta.

O que nós vemos hoje, vocês sabem, têm presenciado, às vezes, é uma falta de respeito com o seu vizinho, com seu amigo, as pessoas jogando água, esgoto, de maneira desordenada e, de uma certa forma, essa mesma comunidade cobrando das entidades que ora governam o município. Eu vejo que se a comunidade não despertar, não adianta nós ficarmos batendo em quem governa. Essa comunidade tem que despertar e cada um fazer a sua parte.

Eu fico à disposição para as perguntas. Eu sei que o saneamento é questão polêmica, nós temos que aprofundar, aprofundar, e fazer com que a comunidade entenda que é um bem esgotável, não inesgotável. Muito obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Nós já recebemos várias inscrições, muitas pessoas interessadas em falar.

Com relação à utilização da água, nós temos um quadro de como ela é usada nas residências, 12% são para lavar roupa, 3% na lavagem de carros, 25% na higiene, 27% são para cozinhar e beber e 33% de água tratada são para descarga do banheiro. Este é um dos países que usa água tratada, com cloro e tudo, para dar descarga no banheiro. Aí o IBGE traçou um perfil do desperdício. Se você ensaboar a louça com a torneira fechada, você gasta 20 litros de água, com a torneira aberta, 240 litros; se escovar os dentes com a torneira fechada, 01 litro, com a torneira aberta, 12 litros; num banho, se você se ensaboar com a torneira fechada, 20 litros, se você estiver com o chuveiro o tempo todo ligado, 240 litros! Você falou do desperdício, estou passando só essas informações.

Quero cumprimentar o Abel Nascimento, Presidente da Associação de Defesa do Rio Coxipó, que está presente aqui também.

Para encerrar a rodada, concedo a palavra ao professor Francisco de Arruda, do Instituto de Biociência da UFMT, que dispõe de cinco minutos.

O SR. FRANCISCO DE ARRUDA MACHADO - Exmº Sr. Deputado Sérgio Ricardo, em nome do qual eu cumprimento toda a Mesa; senhores e senhoras; crianças aqui presentes; caros colegas pesquisadores das instituições públicas mato-grossenses de ensino superior que tanto batalham com o intuito de zerar conhecimento para que coisas como essas não aconteçam ou pelo menos minimizem e possam dar soluções a essa grande necessidade do ser humano enquanto consumo de recursos naturais, neste caso específico, recursos hídricos.

Como ecólogo e especialista em peixes de água doce, tenho viajado pelo Estado de Mato Grosso, notadamente nas regiões de cabeceiras de vários formadores, dos quais cito Alto Juruena, em que os formadores estão extremamente combalidos pelas ações antrópicas, notadamente pelo plantio de monoculturas, o Alto Xingu, no rio Coluene, não só por isso, mas também por pecuária, o Alto Teles Pires, na região de Paranatinga também, o Alto Paraguai e seus principais formadores de cabeceiras estão basicamente destruídos, por exemplo, rio Jauru, Cabaçal, Sepotuba. Mais recentemente estive no rio Santana e pude observar o acelerado e exorbitante grau de destruição em que se encontram esses locais e no caso específico das Sete Lagoas do rio Paraguai, hoje sobram somente três e todas elas extremamente contaminadas, principalmente porque a pecuária exercida lá ou executada lá, o gado toma água nesses locais e deixam aí seus excrementos, enfim, dejetos.

Vou deixar o rio Cuiabá, porque ele já foi tão propalado, nós já sabemos de todas essas questões, e em especial eu quero em cima do tema rio Cuiabá reportar a uma construção que foi feita, que Mato Grosso não merece, como o caso de Manso. Falo isso e até quero que os senhores lembrem isso, porém imaginem outros rios como o caso do Jauru que tem uma seqüência de usinas hidrelétricas, quando na realidade isso é defensável e sustentável. O que não é defensável e sustentável é uma seqüência de usinas. Com isso, basicamente, destruindo esse perfil de rio que deveria ter esse corpo d'água além do tipo de ocupação que foi feita lá, principalmente pela instalação de pecuária no local.

O que me interessa em especial é colocar que esses recursos, enquanto água, enquanto fauna e flora, que são produzidos nos corpos d'água do Estado de Mato Grosso, estão também numa situação extremamente complicada. Nós temos uma quantidade imensa de conhecimento, porém ainda não suficiente, ou pelo menos de acordo com a demanda necessária para dar soluções às populações tradicionais, enfim, aos seres humanos que habitam na região.

No caso específico do rio Cuiabá, para mencionar ainda o exemplo de Manso, consultores contratados pela ELETRONORTE naquela época já diziam que a ictiofauna do rio

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Cuiabá seria diminuída em pelo menos setenta por cento. E nós sabemos que, pelos dados que o NUPELIA, Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura, está demandando, contratado por Furnas, atualmente, esse estrago é muito maior, além de outras coisas.

Nós temos aí para citar a retirada de materiais de construção, assoreamentos dos corpos d'água em função, principalmente, de destruição de ambientes, notadamente o da vegetação ciliar, e todas essas construções desastrosas.

Agora, eu quero mesmo nesse último instante da minha fala dizer uma coisa que é fundamental - e aí eu chamo a atenção do Sr. Deputado, e rogo a ele -, nesta Casa, está um projeto para diminuir a quantidade de verba colocada à pesquisa básica no Estado de Mato Grosso. E defendo isso com veemência por um motivo simples: são as pesquisas básicas que oportunizam o conhecimento necessário à evolução do ser humano aqui na Terra, para que possamos dar soluções a essas demandas necessárias para a sobrevivência do ser humano, como gerente de tudo isso, mas não esquecendo que ele é dependente primário das outras formas de vida, notadamente dos vegetais.

Nesse sentido, esses dois por cento que estão querendo diminuir, eu rogo ao senhor que leve esse clamor da sociedade científica do Estado de Mato Grosso aos seus Pares, para que eles estudem isso com muito carinho, para que ouçam as pessoas diretamente envolvidas e que gerenciam isso, e para dizer que se dois por cento da arrecadação do Estado é muito e não tem demanda, é porque não foi oportunizada, não foi oferecida para as pessoas que necessitam e pesquisam neste Estado. Só para citar alguns exemplos que vejo aqui na platéia, nós temos a professora Carolina, a professora Suzana, a professora Eliana e tantos outros que existem, que são abnegados e, a duras penas, demandam suas pesquisas nos órgãos que trabalham. A pesquisa é fundamental.

Eu encerro a minha fala, dizendo ao Deputado que olhe isso, porque o conhecimento produzido propiciará soluções para os anseios dessas demandas cotidianas do ser humano, enquanto uma, pela posição, mas uma das tantas espécies que existem e são necessárias à vida, à sobrevivência no planeta, no caso específico dentro do Estado de Mato Grosso.

Muito agradecido (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu coloquei essa foto. Isso é a Baía de Chacororé. Nesse ponto, onde estou na foto, eu estou a 160km de Cuiabá. Olhem o que eu encontrei dentro do Pantanal de Mato Grosso, junto com o lixo. É um televisor e um monitor de computador. Significa o seguinte: tudo é jogado no rio Cuiabá. Isso é impressionante. A 160km daqui. Então, parece que se desenvolveu uma cultura de que o que não presta, o que não serve, é jogado no rio Cuiabá. Isso é levado daqui. Nós percebemos... Porque, você navegando daqui até lá, vai encontrando o lixo descendo. Você passa pelo lixo descendo. Quando você volta, você encontra o lixo descendo. Não tenham dúvidas de que é lixo jogado aqui.

Eu queria chamar para compor a Mesa o Promotor do Meio Ambiente de Cuiabá, Dr. Gerson Barbosa.

Eu já quero ouvir o Dr. Gerson Barbosa, que tem sido incansável. Nós temos acompanhado as ações do Ministério Público e temos acompanhado o trabalho do Dr. Gerson.

Nós estamos discutindo, Dr. Gerson, além da questão geral do meio ambiente, a questão do rio Cuiabá. Eu queria que o senhor... Nós temos acompanhado o seu trabalho ao longo do tempo e sabemos que tem trabalhado com afinco e preocupação no Ministério Público a questão do meio ambiente.

Eu queria passar a palavra ao senhor, para encerrarmos a fala dos componentes da Mesa e, depois, passaremos para as falas e perguntas da platéia.

Com a palavra, o Dr. Gerson Barbosa.

O SR. GERSON BARBOSA - Bom-dia a todos!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Primeiramente, quero externar minhas desculpas pelo fato de ter chegado agora, mas eu tinha uma audiência previamente designada com o Dr. Zuquim, que terminou às 10:00 horas.

Devo dizer que não poderia faltar ao evento, Deputado Sérgio Ricardo, porque entendo que a maioria das soluções parte desta Casa.

Eu creio que essa preocupação demonstrada por Vossa Excelência, assim como tenho conhecimento de um projeto de lei de autoria do Deputado Chico Daltro, que pretende melhorar a questão dos recursos hídricos, muito preventivos, isso me deixa muito feliz. Na verdade, nós devemos ter essa preocupação com o desenvolvimento, mas esse desenvolvimento tem que ser sustentável. Não basta um empreendimento trazer empregos, um empreendimento gerar divisas, tem que ser sustentável ecologicamente, ambientalmente, eu diria.

Eu estive, recentemente, num Congresso, em São Paulo, de Urbanismo e Meio Ambiente, e saí de lá bastante triste de um lado e muito feliz por outro. Lá, o Saint Clair, do Paraná, estava presente, falando sobre a situação do Paraná hoje, que eles têm 1,5% da cobertura vegetal, rios, mananciais hídricos todos destruídos. Eles gastam, hoje, milhões, milhões e milhões, tentando recuperar algo que vai demandar uns cinqüenta anos e de incerta recuperação.

São Paulo, com o rio Tietê, um rio fedido, uma cidade fedida - que me desculpem os paulistas, mas realmente... E sabemos que isso foi o quê? Uma ocupação desordenada. O Ministério Público, hoje, tem um grande problema, a questão ambiental lá tem grande relevância, há grande consciência, mas aí veio a minha felicidade: nós estamos começando a nos conscientizar da necessidade de recuperar ou até de prevenir danos ao meio ambiente em tempo ainda. Nós temos um rio Cuiabá que ainda está vivo. O rio Tietê poderá voltar a ser o que era, mas vai demorar muitos anos e demandar milhões e milhões ou talvez bilhões. Portanto, é a minha felicidade.

Por outro lado, já me preocupa muito a questão ambiental no que diz respeito a recursos hídricos. Essa realidade do qual Vossa Excelência falou, eu tive a oportunidade, lamentavelmente, de ver *in loco*, estive na baía de Siá Mariana, no sábado, até no dia que recebi aulas, saí até doutrinado, porque fui acompanhado pelo Dr. Francisco Machado e Carolina Joana. Eu tinha quatro denúncias envolvendo a baía, uma delas inclusive de Vossa Excelência, e realmente descobrimos que naqueles canais, não no da baía de Siá Mariana, mas na da de Chacororé, no canal Manoel Isaque há acúmulo de lixo...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Esse que está no vídeo agora.

O SR. GERSON BARBOSA - Como explicou a Dr<sup>a</sup> Carolina, esse canal, a confluência dele, a forma dele, que é mais aberto, permite a entrada do lixo - não entra na baía de Siá Mariana, mas entra na de Chacororé - , a forma com que ele sai do rio propicia que o lixo vá diretamente para lá, haja esse acúmulo e esse dano ambiental de grande monta.

Com relação à situação de Cuiabá propriamente, tenho falado muito com o Secretário, com o Stopa, que sabemos que é representante do Partido Verde, e temos implorado para que deem os olhos para essa realidade de Cuiabá, à ocupação desordenada, loteamentos irregulares. O que o Ministério Público tem feito atualmente é atacar os condomínios de luxo, os loteamentos de luxo para ter moral para o ano que vem atacar a questão desses loteamentos irregulares em áreas verdes, tornando insalubre a vida, em APP - Área de Preservação Permanente, que é um crime, um absurdo, às vezes, lamentavelmente, com omissão do Poder Público, ou, vamos dizer assim, até com estímulo do Poder Público.

Nós temos várias ONGs aqui, a quem conclamo, correto Abel, para uma atuação, porque o Ministério Público realmente não pode, ele não é onipresente e precisa da atuação de todos os cidadãos. Na verdade, a situação de Cuiabá ainda é reversível. Nós temos que evitar canalização, porque o que se faz... Está fedendo? Elabore um projeto para limpar o manancial hídrico, não canalize para transformar uma bomba de poluição que vai desaguar no rio Cuiabá. É temerária a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

questão da canalização. Nós temos que recuperar o manancial hídrico, recuperar a APP e atuar preventivamente para que a APP não sofra o dano. A APP, a Área Preservação Permanente, a mata ciliar está para o rio como a pele está para o corpo do ser humano, para vocês terem a noção da importância. Nós temos que deitar os olhos para essa realidade.

Fala-se muito em falta de recursos para saneamento básico, mas se hoje o Sr. Prefeito depositasse o que deveria, o que ele se comprometeu perante o Ministério Público, quase três milhões de reais, no FUNDUR, faríamos vários projetos envolvendo recursos hídricos.

Então, na verdade não tem essa preocupação. Praticamente, desculpe o termo, ficamos de quatro, quando vem um grande empreendimento, dinheiro, divisa, riqueza, e esquecemos que nós temos um grande potencial. Não façamos como aconteceu, no Paraná, em São Paulo, para hoje, estar chorando, sabendo que nunca mais eles terão aqueles recursos hídricos da forma que era antes. Nós ainda temos tempo.

Então, o que devemos fazer é atuar preventivamente, é atuar com rigor, claro que aceitando os empreendimentos, mas desde que observem as leis ambientais e que respeitem esse manancial hídrico lindo que Mato Grosso tem, principalmente Cuiabá.

Essa é a sugestão e a conclamação que eu faço neste momento, para que nós tenhamos um olho no desenvolvimento e um outro para que ele seja sustentável, para que a riqueza que nós temos ainda, quer dizer nós gastamos um pouquinho hoje para mantermos o que temos.

Se continuar desse jeito, vai chegar o momento em que nós vamos gastar dez ou vinte vezes mais e jamais teremos o que nós temos hoje, essa coisa bonita que é o rio Cuiabá, e que nós temos obrigação, não basta como recentemente partiu de um membro do Poder Público do Poder Municipal o seguinte comentário: ele vai para determinados lugares e leva a máquina fotográfica para registrar, sabendo que não vai durar muito. Isso é um despautério.

Nós não devemos levar uma máquina fotográfica. Nós devemos é levar daqui uns trinta, quarenta anos, os nossos netos e falar: Olha, eu ajudei a manter isso aqui para vocês, eu fiz a minha obrigação constitucional. É isso que nós devemos fazer.

Não registrar indelevelmente na retina, mas deixar indelevelmente aquele bem ambiental de forma que nossos netos tenham o prazer de vê-lo, de curtir-lo, além de lazer, uma paisagem cênica. Tudo isso é meio ambiente, tudo isso é o patrimônio ecológico ambiental, que nós devemos preservar, e essa necessidade de preservação está disposta na Constituição da República.

Seriam essas poucas palavras que eu teria, Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu quero dizer o seguinte, conforme o professor Francisco falou, sobre o Manso, inclusive, uma das próximas audiências públicas, que nós já estamos elaborando, é para discutir Manso. Manso, o que ele é hoje e em que vai se transformar? Porque ali está se transformando. Nós percebemos que são construções aceleradíssimas. Ali vai surgir uma nova cidade ao redor de Manso, já está surgindo. Mas vai surgir uma nova cidade. Problema nenhum em relação a cidade crescer em ritmo natural de crescimento e ali é um ambiente turístico. E é claro que já começa a surgir, já estão surgindo as residências lá. Mas nós vamos discutir numa próxima Audiência Pública - e já ficam todos convidados aqui - os efeitos do Manso.

Eu tenho conversado muito e é grande a corrente, professor Francisco, que diz que Manso só ajuda. São poucas as pessoas que levantam essa questão aí de que o Manso pode estar atrapalhando. Eu tenho estudado essa questão. E até onde eu entendo - dentro do meu pequeno conhecimento - eu já vejo muitos prejuízos do Manso para o meio ambiente, para o rio Cuiabá, para o Pantanal.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Só para vocês terem uma idéia. Qual é o objetivo de Manso? É gerar energia. Nós temos aqui o gás natural que gera energia. Manso, eu posso errar em alguma coisa, na questão dos números, gera 280.000KWA...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - 213.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quanto? 213.000KWA. Só essa usina que é mantida pelo gás natural gera 480 mil. Significa o quê? Então, só essa com gás, essa produção de energia gera duas vezes mais energia que Manso gera. E olha o que Manso causou ao meio ambiente. Então, nós percebemos que não haveria necessidade se a questão era só gerar energia para Mato Grosso, porque hoje nós temos a questão resolvida da energia e também com auxílio do gás natural.

Eu vou passar a palavra para a platéia e vai ser levado o microfone. Eu acho que é mais fácil. Ou é melhor vocês virem aqui na frente. O que vocês acham? Tem muita gente inscrita. Vamos começar aqui por quem se inscreveu, primeiramente. Eu queria o seguinte: que com dois minutos cada um fizesse a colocação, se quiser perguntar para a Mesa também. Tem muita gente inscrita. Eu queria passar a palavra para o Sr. Avelino Tavares.

Com a palavra, o Sr. Avelino Tavares.

O SR. AVELINO TAVARES - Cumprimento respeitosamente o Exmº Sr. Deputado Sérgio Ricardo e me emociona como cuiabano ver essa onda de cuiabanos que adotou a nossa cidade verde como pátria do seu coração, falava o poeta Silva Freire.

Estou emocionado e dois minutos seria insuficiente para que manifestemos o nosso ponto de vista. Estamos admirados de ver o trabalho. Fazemos apenas uma sugestão. Ouvindo cientificamente as palavras do Dr. Adão Flores e os demais que falaram com tanta eloquência e consciência do que estão fazendo e mais uma vez reitero os parabéns a Vossa Excelência e, sugiro que nós tenhamos um Fórum Permanente para que da Assembléia Legislativa, em forma de lei, possa sair um debate permanente, porque isso aqui não vai dar nada, não vai resolver coisa nenhuma se não estabelecermos o Fórum Permanente, muito mais útil para Mato Grosso do que muitas Secretarias que estão funcionando. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Esta é uma Audiência de propostas. Então, a primeira proposta já surge aqui com o Sr. Avelino Tavares, um Fórum Permanente, porque entendemos que não adianta ficar, Sr. Gerson, conversa aqui e depois não se fala mais. Entendo que há necessidade e esta Audiência Pública tem esse objetivo. Não é só discutir isso aqui e amanhã esquecer. Eu acho que aqui há que se começar a encontrar um direcionamento permanente de trabalho.

O SR. GERSON BARBOSA - O Sr. Avelino Tavares tem toda razão, porque eu costumo sempre falar que o meio ambiente não vive de mártir, ele vive de ações concretas, e realmente nós precisamos dessas ações concretas todos os dias. Realmente é uma grande proposta do Sr. Avelino Tavares. Eu também sou cuiabano de coração, sou mato-grossense, mas sou de Mato Grosso do Sul e estou em Cuiabá desde 1980. Hoje, eu sou um cuiabano, adoro esta terra.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Recebi uma informação aqui de que Manso era o maior afluente do rio Cuiabá, 46% do volume de água que caía no rio Cuiabá vinha do Manso. Do Manso, rio da Casca e Ponte Alta, segundo o nosso amigo Afro Stefanini.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Figueiredo Abreu. Ele está presente?

É muito importante que as propostas sejam feitas, estas são do fórum permanente, já vai ser levada em consideração e vamos tentar manter isso.

O SR. EDUARDO FIGUEIREDO ABREU - Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Sérgio Ricardo, o qual tivemos o prazer de assessorar em termos de estudo, subsídios para o próprio rio Cuiabá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Nós temos vários dados, informações concretas sobre a questão do consumo da água. É preciso ter a noção e consciência de que quando puxamos a descarga, 30 litros de água são consumidos. É importante ter a consciência de que num processo de desenvolvimento como nosso, Mato Grosso, onde a agricultura é o foco principal de economia, existe a irrigação, onde tem também uma grande quantidade de água sendo utilizada.

Então, é necessário que a política de recursos hídricos incorpore esse processo de desenvolvimento que o Dr. Edson bem tem se esforçado na FEMA nesse sentido, e que haja a gestão participativa, o envolvimento da sociedade na sua plenitude. E, principalmente, Deputado, é preciso evoluir em termos de instrumento de política ambiental. Historicamente, nós nos baseamos nos instrumentos de comando e controle, que é o quê? Fiscalização coercitiva, legislação rigorosa... E quais os resultados concretos nós conseguimos até hoje com relação a isso, a não ser aumentar os níveis de degradação ambiental? Então, é preciso ter audácia, é preciso renovar em termos de instrumento de política ambiental. Como? Através dos instrumentos econômicos.

Quando o Sr. Sérgio Ricardo, nosso Deputado, vai e levanta essa situação do rio Cuiabá, todo tipo de equipamentos, resíduos sendo jogados, com certeza, se for fazer um levantamento minucioso, o senhor perceberá que existem alguns setores da economia que colaboram com maior intensidade, com o maior nível de poluição no rio Cuiabá.

O que se pode fazer no sentido de reduzir esse nível de emissão? Através de taxações, através de subsídios, através de instrumentos econômicos, porque está comprovado que só os instrumentos de comando e controle, por maior esforço que tem o Dr. Gerson, nós acompanhamos o trabalho sério que ele vem desenvolvendo, como o Dr. Domingos sabe, nós não vamos conseguir chegar no objetivo de reduzir os níveis de emissões no rio Cuiabá e preservar os nossos recursos hídricos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu lembro ao Eduardo que há alguns dias nós fizemos uma audiência pública aqui, Dr. Gerson, onde tratamos exatamente a questão dos produtos plásticos. Já existe um projeto nesta Casa, de minha autoria e do Deputado João Malheiros que vai começar a responsabilizar os fabricantes. Refrigerante: alguém faz lá o refrigerante de dois litros e vende, esse que fabricou terá que se responsabilizar.

Num levantamento que nós fizemos, olha aí o plástico, chegamos à conclusão de que hoje são produzidas seiscentas toneladas/mês de plástico. Ou seja, a garrafinha de refrigerante, a garrafinha de óleo comestível, que hoje é de plástico, água mineral. Até onde nós sabemos, são produzidos aproximadamente seiscentas toneladas/mês e recicladas, são recicladas vinte e cinco toneladas. Então, o que é feito com quinhentas e setenta e cinco toneladas de plástico? Um pouco nós sabemos, está nessa fotografia do rio Cuiabá. Olha quanto plástico jogado no rio. Então, já existe, já fizemos uma Audiência Pública, as empresas estão se reunindo muito, nós percebemos, elas têm participado dessas reuniões, estão conversando, os fabricantes de refrigerante, água, eles vão começar a ser responsabilizados por isso, pelo plástico.

O SR. GERSON BARBOSA - É uma ótima iniciativa, veja o que acontece com relação ao agrotóxicos, eles que são os responsáveis, pode, sim, analogicamente criar uma lei nesse sentido. Eu, inclusive, já também deitei os olhos para essa realidade há algum tempo, até em nível de procedimento administrativo, poderia agir porque realmente eles são os responsáveis por esse recipiente que acabam indo para os rios.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Para o terreno baldio, para o rio.

Como o Dr. Gerson citou, com o agrotóxico existe uma lei rigorosa, produziu o agrotóxico, embalou, tem que dar um jeito do que fazer com a embalagem.

Na questão dos pneus também, já existe legislação com relação a pneus, porque a indústria fabricou, ela tem uma política de recolher esses pneus. E agora nós já estamos vendo a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

preocupação das empresas aqui em Cuiabá, em Mato Grosso, com relação a esses produtos, aos plásticos.

Eu vou chamar o Sr. Carlos Borrvalho.

O SR. CARLOS BORRALHO - Bom-dia!

Eu quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado e parabenizá-lo pelo trabalho de conscientização que ora vem desenvolvendo.

Na seqüência, eu quero cumprimentá-lo e dizer que nós confiamos no trabalho de Vossa Excelência e nós, em função dessa crença, dessa credibilidade, criamos e desenvolvemos um sistema de autotriagem que impede que toda sujeira caia no rio Cuiabá.

Esse processo de autotriagem é criado dentro dos canais, que são os verdadeiros condutores de tudo isso ao rio Cuiabá.

Então, nós gostaríamos que o senhor visse esses projetos com bastante simpatia.

Nós garantiremos que este projeto não vai ficar só em Cuiabá, vai irradiar para o Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Só um minutinho. Com relação ao que nosso amigo está dizendo, a pessoa não vai lá no rio e joga dentro do rio Cuiabá esse plástico. Nós temos uma média de vinte e seis córregos entre Cuiabá e Várzea Grande. O lixo cai no córrego e a água da chuva leva esse lixo para o rio Cuiabá. Eu já segui alguns córregos, desde onde nasce até o rio Cuiabá. Eles atravessam a cidade toda e vão carregando esse lixo.

Essa semana nós vamos começar a verificar, foi feita até uma maquete. Coloque aquela foto do córrego...

Antes do córrego desaguar no rio, seria a instalação de um mecanismo na boca ali, no desaguar, e que seguraria todo esse lixo. Seria isso. Não é?

O SR. CARLOS BORRALHO - Perfeitamente. Ele retiraria todo esse material, que seria impedido de cair no rio Cuiabá. E, acima de tudo, é um projeto com uma eficiência tal que ele reteria o lixo sem haver transbordo de água...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - É uma tela, é tipo uma tela.

O SR. CARLOS BORRALHO - Perfeitamente. É algo muito bem projetado; a Universidade conhece o projeto; o sistema CREA, também, aqui em Mato Grosso, conhece e deu aval ao nosso projeto. Então, só falta implantá-lo.

Desde 1999 esse projeto está sendo apresentado para a imprensa, tem sido divulgado, mas, efetivamente, eu acho que está faltando um pulso.

Vamos lá, Deputado, nós acreditamos no senhor (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Gerson.

O SR. GERSON BARBOSA - Eu não sei se se trataria do mesmo projeto, mas eu tenho um projeto que uma ONG me entregou, são vários projetos, a bem da verdade, e não são caros, seria em torno de setenta e nove mil reais para implantar. Agora, não sei se seriam viáveis, mas seria em torno de setenta e nove mil reais para evitar esse acúmulo de lixo, para que esse lixo não vá para o rio Cuiabá. Agora, realmente teria de ver a viabilidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Abel Nascimento...

Com a palavra, o Sr. Afro Stefanini.

O SR. AFRO STEFANINI - Sr. Deputado, membros da Mesa:

Em um outro encontro já disseram que a primeira fábrica de aproveitamento plástico de Mato Grosso fora instalada por nós, na cidade de Rondonópolis. Naquela ocasião, fizemos um relato de como deveria ser aproveitado o plástico em todo o Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Infelizmente, não podíamos competir com as grandes empresas de São Paulo e não éramos consumidores de cota do resíduo plástico do pólo petroquímico da Bahia, que dependia de influências políticas para conseguir uma cota com a *Union Carbide*, que era quem açambarcava todo esse produto, essa resina.

Eu quero voltar alguns anos atrás, professor, pelos idos de 1952, quando governava o Estado de Mato Grosso o Dr. Fernando Corrêa da Costa, testemunha do meu casamento com a minha esposa, cuiabano, mas campo-grandense de coração.

A empresa de exploração hidrelétrica na cidade de Campo Grande, dirigida pelo Dr. Faiane, engenheiro, e contabilizada por um engenheiro, chamado Dr. Bonner, o Avelino conheceu, que foi Secretário de Estado, fora transferida para o Estado de Mato Grosso por interesse do Governo. Essa empresa fez um estudo sobre o aproveitamento das águas da Bacia do rio Cuiabá, iniciando pela primeira cabeceira, a do rio das Mortes, a segunda cabeceira, São Manoel, a terceira cabeceira, Alto Cuiabá, e a quarta cabeceira, Baixo Cuiabá e Rosário Oeste. Nessa época, eu acompanhei financiando materiais comestível e combustível. Nessa ocasião, foi feita uma proposta para o zelo dos cursos d'água da Bacia do rio Cuiabá. A Bacia do rio Cuiabá e de todo Pantanal é representada por vinte e seis municípios, começando pelo Município de Guiratinga, de Alto Garças, porque quando o Pantanal enchia a baía de Chacororé e a baía de Siá Mariana recebiam água do Poguba, que depois, mais tarde, deram o nome de São Lourenço. Então, a Bacia de Cuiabá são vinte e seis municípios.

Nessa ocasião, o projeto foi apresentado, mas não aceitaram, porque nós imaginávamos que uma grande usina poderia trazer benefício, mas traria prejuízo. Fora feita uma proposta de uma transferência de líquido do rio das Mortes, através de um canal, na altura da lagoa Formosa e um canal no desemboco do ribeirão das Limeiras, no São Manoel, nós traríamos, naquela época, dois metros cúbicos de líquido por segundo para uma navegação durante todo período do ano até o Porto de Cuiabá.

Essa proposta fora feita por empresas particulares sem nenhum custo para o Governo. Até hoje ninguém sabe onde foi parar esse projeto. Havia alguns outros interesses que não eram interessantes que fosse feito esse aproveitamento. Por isso, eu acho que hoje há de ter muito cuidado nesse aproveitamento.

Eu vou citar um fato: das vinte e seis vertentes do setor urbano de Cuiabá, só tem uma moribunda, que é o moinho, as demais já morreram. Elas existem porque a água - aproveitando o abastecimento de água - caindo, elas escorrem em seus condutores. Cada vez que vou à feira do Porto, lembro-me do rio Tietê, porque o fedor do Mané Pinto não é diferente do rio Tietê. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Gostaria de chamar o Milton Guerreiro, que é professor e diretor, presidente da Escola Bombeirinhos Mirins Ecológico e Cultural, que está conscientizando as crianças. Já tem um exército de crianças aí trabalhando a conscientização das futuras gerações.

O SR. MILTON GUERREIRO - Deputado Sérgio Ricardo, em seu nome quero cumprimentar a Mesa, os companheiros ambientalistas e aqueles que estão aqui se debatendo; cumprimentar também o Promotor.

Meu nome é Milton Guerreiro. Sou policial há vinte e oito anos. Sou ambientalista moderno. Atuo na área social há doze anos com a criança e o adolescente. O nosso maior objetivo é defender a natureza. Tenho duzentas e dez crianças. Há doze anos, reflorestamos a beira do rio para não desbarrancar, sempre buscando ensinar as crianças que esse é o maior patrimônio que temos, o rio Cuiabá. A água é importante, mas aqui eu vi e ouvi várias indagações sobre o meio ambiente. Estou há seis anos como parceiro do nosso Deputado Sérgio Ricardo e tenho certeza de que o rio

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Cuiabá, que tanto nos dá água, que tanto nos dá o sustento será, como se diz, zelado no futuro por essas crianças.

Devemos realmente investir, Sr. Promotor, em projetos, em escolas, que venham a ensinar as crianças a realmente conhecer, a defender, a não crescer criticando, crescer construindo. Esse é o nosso objetivo.

Quando eu vejo a nossa companheira dizendo, programando para o primeiro mutirão, parabéns, mas somos pioneiros como o próprio Abel e outros companheiros, e gostaríamos que vocês lembrassem que as pequenas coisas serão grandes no futuro, como nossas crianças. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Chamo para fazer uso da palavra o Sr. Raimundo da Silva (AUSENTE).

Convido para fazer uso da palavra a Sr<sup>a</sup> Eliana Beatriz, professora do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMT.

A SR<sup>a</sup> ELIANA BEATRIZ - Bom-dia a todos.

Bom-dia ao Sr. Deputado, a todas as autoridades da Mesa e a todos que aqui vieram.

É muito oportuna esta audiência, principalmente porque vejo na platéia cuiabanos nascidos aqui. Eu sou nascida aqui. Devido a esse amor que temos, é muito importante que esses que aqui chegaram de coração e foram adotados pela hospitalidade cuiabana saibam que não existe terra melhor para se viver.

Eu tive, ao longo desses anos que estou na universidade, a oportunidade de trabalhar com o rio Cuiabá, exatamente sobre esse aspecto da qualidade. Não preciso aqui ficar falando tecnicamente em termos de parâmetros de qualidade, mas é notório para todos que caminham na cidade, que andam pelos bairros, que os nossos córregos se tornaram canais preferenciais de esgoto e lixo, como está aqui mostrado.

Tenho trabalhado junto com a SANECAP, porque entendo que a universidade precisa estar aliada aos órgãos, porque só criticar realmente não tem objetivo. E o nosso trabalho junto com a SANECAP, o projeto que fazemos é de avaliação dessa estrutura existente nas bacias, ou seja, das estações de tratamento, e a qualidade que elas apresentam.

Neste trabalho que começou em março deste ano, tivemos apoio do Marcelo, da equipe do João Batista da SANECAP. O que nós vimos? Que as nossas estações, a de Dom Aquino hoje passa a receber de ainda de forma contínua, mas a estação elevatória da Prainha recebe todo o esgoto produzido e lançado no canal da Prainha, e também a do córrego Mané Pinto. E o que isso interessa para nós? Esse esgoto tem que estar funcionando em termos de qualidade, o que alivia essa carga orgânica para o rio Cuiabá, carga orgânica de coliforme, de nutrientes. Isso de fato não tem ainda acontecido. Só estou falando rapidinho isso para dizer que só existe uma solução: políticas articuladas de recursos hídricos, saneamento, saúde, educação, juntas.

Eu estou junto lá no CEHIDRO - Conselho de Recursos Hídricos. Um dos maiores problemas do rio Cuiabá ou de outros rios que estão em área urbanas é o esgoto doméstico. Agora, a SANECAP ainda é frágil para lidar com todo o problema.

O Ivan falou aqui do processo de municipalização, que eles tiveram que iniciar todo um processo. Mas existe dentro da própria ANA (Agência Nacional de Água) um projeto, já existe comitê, e pode-se conseguir financiamento para esgoto tratado.

Então, eu acho que nesta Casa, que também tem um projeto de lei de saneamento, por ai em algum lugar engavetado, seria o momento de retomar esse projeto de lei saneamento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Quem é da área de saneamento sabe que nós ficamos sem políticas públicas. E saneamento é dever do Estrado. Algum secretário ai andou falando que não é dever do Estado. É dever do Estado.

E nós precisamos retomar. O Estado precisa assumir. Pelo fato de os municípios receberem o seu esgoto, não significa que o Estado não tem papel nenhum. Tem sim.

A Agência Reguladora precisa trabalhar. A Agência Reguladora, que foi constituída, trabalha com transportes, energia, mas ninguém fala de saneamento. Então, o Estado inteiro tem concessões que foram dadas, e ninguém diz o que é que tem que se fazer.

Então, o saneamento no Estado de Mato Grosso realmente está um caos. Isso foi dito no Congresso Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, onde tristemente Mato Grosso foi citado como o que não deveria ser feito. Dói muito para nós. Por quê? Porque Mato Grosso passou para os municípios os sistemas, e muitos dos municípios não têm a condição mínima para lidar com a estrutura existente.

Então, Cuiabá, eu acredito que por ser um sistema de grande porte, tem que conseguir, mas precisa de projetos realmente e de recursos que venham a financiar. A Estação de Tratamento (ET) Dom Aquino como está não consegue abraçar tudo o que vem de esgoto do Mané Pinto, da Prainha.

E uma outra coisa, finalizando, que eu gostaria de deixar. Esse projeto que nós estamos fazendo na universidade, que nós estamos avaliando as qualidades das nascentes dos córregos urbanos de Cuiabá/Várzea Grande e da foz é para quê? O objetivo é exatamente integrar essas políticas, é revitalizar os córregos. Para revitalizar, eu tenho que tirar os esgotos, o lixo. Eu tenho que constituir as matas ciliares. Eu tenho que transformar esses córregos em áreas boas e saudáveis para as pessoas. A água, além de todos os usos que nós conhecemos, tem aquele uso que é do bem-estar da pessoa. Então, nós temos que resgatar. E, através do Departamento, nós estamos à disposição nesse projeto que fazemos junto a essas bacias urbanas. Estamos trabalhando na nascente da Prainha, nós vamos ao lote do padre lá da igreja. Nós precisamos avaliar a qualidade. E quantas coisas que nós estamos descobrindo. Se nós queremos revitalizar, temos que começar das nascentes. E quantas nascentes nossas que estão soterradas que já nem mais existem, porque foram equipadas de forma ilegal.

Então, coloco aqui o Departamento de Engenharia Sanitária, todos os professores que lá estão envolvidos na pesquisa para podermos apresentar esses dados que estão sempre apresentando um histórico, mas estamos disponíveis para disponibilizar esses dados a toda comunidade para que ela possa saber. De repente podemos indicamos uma sub-bacia e falar: vamos concentrar nossos reforços e vamos recuperar uma bacia. Eu acho que, com exceção da Prainha, que dificilmente conseguiremos recuperar, todas as outras têm potencial de reabilitação. Então, eu me coloco à disposição e agradeço. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Ivan Corrêa, da SANECAP, para fazer um comentário.

O SR. IVAN CORRÊA - Eu fico feliz de ver a Naninha. Ela tem cooperado diuturnamente, incansavelmente, desde quando nós éramos colegas da SANEMAT, na FEMA, é uma batalhadora. Tudo o que ela falou eu assino embaixo. Nós trabalhamos hoje... Nós temos três anos, praticamente, de SANECAP, e existem às vezes procedimentos para se inscrever em recursos para que venham para o município. Esses procedimentos passam pela instituição da empresa, passa por indicadores, elementos básicos para que possamos ser credenciados a receber recurso.

Eu vejo a universidade como uma das maiores parceiras nossas, como o Sr. Ananias falou, a FUNASA, a universidade e outras ONG's, às vezes, tem nos questionado, buscado resposta por algumas coisas. O córrego Mané Pinto, hoje, com o coletor tronco jogando na

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

elevatória da Prainha, no período da chuva, hoje deve estar com o leito do rio mais elevado, mas ele foi projetado nesse sentido. A elevatória da Prainha ainda há um ano e pouco começamos a operá-la. É óbvio que ela falou que a ET Carmindo de Campos não comporta todo esse esgoto, a ET Carmindo de Campos sofrerá, passará por investimentos para que todo esse esgoto seja tratado e seja tirada do rio essa carga orgânica. Então, todas as bacias são tratadas de maneira totalmente ímpar, não se mistura, esgoto não se trata de uma rua ou de uma quadra, trata-se por inteiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Gerson Barbosa.

O SR. GERSON BARBOSA - A Dr<sup>a</sup> Eliana tocou no ponto nevrálgico de extrema importância com o qual o Ministério Público tem se deparado todo dia. E ousou discordar aqui do Dr. Ivan, porque sempre e sempre que eu chamo lá o Marcelo, o João, o Stopa, o Zito Adrien, ou mesmo o Dr. Charles, o Coordenador-Geral do Município, eles, invariavelmente, me falam da falta de recurso. E nós já detectamos que o problema está no saneamento básico, e isso, a Dinalva, engenheira sanitária, o Antônio Rocha Vital, engenheiro florestal, também me colocam esse problema, eles trabalham conosco, e o Antônio Rocha Vital, que inclusive está aí, entende muito da questão da mata ciliar. É um grande problema, e sempre me falam: “Falta recurso! Falta recurso!” Eu já falei: Tem três milhões disponíveis para serem depositados no FUNDUR, creio que podem ser utilizados, talvez não dê para muita coisa, mas não faltam recursos para outras coisas, por exemplo, nós vemos algumas praças maravilhosas em Cuiabá. Eu tenho, para mim, que além de recurso, está faltando um pouco de vontade política também e priorizar a questão. Por quê? Porque o político sempre teve dificuldade de resolver esse problema de saneamento, prefere esconder através da canalização, que é um crime para o córrego e para o rio.

Aí a questão é muito mais profunda, talvez eu esteja olhando por uma ótica não técnica, mas a verdade é essa. Não é questão só de recurso, porque as praças, eu acho muito bonito, importante ter uma área de lazer, recuperar as praças, o Ministério Público tem batalhado pelas praças, pelas áreas verdes, como tem várias áreas verdes que futuramente, daqui a 05 a 10 anos, eu não sei, deverão se transformar em praça, que é o que deve acontecer. Só que essas praças, se forem mantidos os espaços, daqui a 05 ou 10 anos, estará pronto aquele espaço para fazer a praça. Mas se nós deixarmos ocorrer um dano nos recursos hídricos, daqui a 05 ou 10 anos, nós não vamos mais conseguir recuperar e extinção. O chavão extinção é para sempre. Quer dizer, falta direcionar, priorizar e deitar os olhos para esse problema, um pouco mais de vontade política, não é só a questão de falta de recurso, não.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O Edson Nunes solicitou a palavra...

(NESTE MOMENTO, O SR. ABEL NASCIMENTO MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vamos deixar para o final, ok, Abel? O Dr. Edson não falou e depois nós encaminhamos dessa forma.

Com a palavra, o Sr. Edson Nunes.

O SR. EDSON NUNES - Eu queria deixar para falar, justamente, no final porque eu quero ouvir as propostas da platéia, mas eu acho...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Mas ainda não terminou, tem muitas pessoas que ainda vão falar, se o senhor quiser falar mais tarde...

O SR. EDSON NUNES - Eu vou falar agora. A questão dos recursos hídricos, hoje, a legislação federal dá à instituição a ferramenta que se deve trabalhar, que é a constituição dos comitês de bacias hidrográficas. Nós temos este ano inteiro, a FEMA não fica uma semana, através de sua diretoria, através de seus coordenadores, sem fazer uma reunião no Estado, falando sobre

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Comitê de Bacia Hidrográfica. Dias 04, 05 e 06, nós participamos do primeiro fórum do rio das Mortes, para ser criado esse comitê. Dos 20 municípios, nós ainda conseguimos reunir 08, mas são 900 quilômetros de rio, nós achamos que foi uma vitória pelo fato de ser desconhecido, os próprios políticos, as câmaras municipais não perceberam a ferramenta que têm na mão. Eu vou dizer para vocês, no futuro vai ter mais poder do que muitos políticos por aí, que é o comitê de bacias hidrográficas.

No Rio Grande do Sul, eles são consultados para tudo, para fazer usina, para fazer capacitação de água, para jogar esgoto. E quem é que compõe esse comitê? São os representantes de todos os usuários, são os representantes do consumo, das empresas de saneamento, representantes do setor hidrelétricos, representantes de bairros, se é na grande cidade, enfim, todos aqueles que usam a água, de uma forma ou de outra, participam desse comitê. É comitê que delibera sobre esse monte de ações. Eu já participei da outra reunião dos resíduos sólidos e nós vamos continuar debatendo, debatendo, debatendo e vai passando o ano, mais tempo e isso é para acontecer dentro do comitê. Se é iniciativa do Deputado Sérgio Ricardo, ele estava viajando, fez uma visita, já falei para nós constituirmos um comitê do Coxipó, mas hoje eu até mudei de idéia. Eu acho que nós temos que fazer de Cuiabá, até o encontro dele com o São Lourenço porque lá cabe outra bacia hidrográfica, outra no rio Vermelho. Então, por isso que eu gostaria de falar no final, era como proposta de sair daqui uma comissão organizadora desse comitê do rio Cuiabá, do Alto Cuiabá.

Então, eu quero rapidamente devolver a palavra para os senhores como proposta.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Então, fica aí, já começa essa possibilidade da formação de comitês, formar aqui uma comissão para discutir isso.

Passo a palavra para o Sr. Elias Santos, Secretário de Meio Ambiente do Município de Chapada dos Guimarães.

O SR. ELIAS SANTOS - Bom-dia a todos!

Quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo que está sempre deixando em evidência o assunto sobre o rio Cuiabá e aproveitar para falar um pouquinho.

Quero parabenizar o Procurador do IBAMA pela belíssima fala. Eu sou Secretário de Turismo, Cultura e Meio Ambiente do Município de Chapada dos Guimarães, e nós vemos “n” notícias, Mato Grosso batendo recorde de maior produtor de soja individual, o Estado maior produtor de soja do Brasil. Aí você vai pegar o PIB de Mato Grosso 1% no País. E nós temos um potencial tão lindo, três riquíssimos ecossistemas, o nosso Cerrado tão maravilhoso, rico em animais, rico em aves, em répteis, ricos em remédios, sendo destruído dessa forma que realmente nos deixa muito tristes. Num determinado momento, nós percebemos que com essa grande divulgação parece que vai trazer riqueza. Mas eu tenho certeza de que se houvesse investimento maior no nosso turismo, que o potencial é muito grande, que é o segmento do ecoturismo que tem o Estado, geraria dez, vinte vezes mais do que está gerando hoje.

Na Espanha, na França, cinquenta por cento de suas receitas vem do turismo. E o turismo não quer dizer que não cause impacto, mas o impacto com relação à agricultura é muito pequeno. Muito pequeno. O impacto é um impacto mais positivo.

E nós olhamos o Orçamento do Estado. Houve uma redução em sessenta por cento na pasta da cultura, e quarenta e cinco por cento na pasta do turismo. Isso nos deixa muito tristes.

Eu quero dizer aqui... Eu pertencço a uma ONG, que se chama FUNDAM, tem seis anos de existência, é nova em relação à ECO, em relação à ADERCO, em relação a várias entidades aqui, ao IMADEIA. A nossa entidade é nova no segmento. Por essa entidade, eu faço parte do Comitê Estadual de Monitoramento do Programa Pantanal. O Programa Pantanal passou seis anos para ser aprovado, que o ex-Deputado pelo PT, Gilney Viana, cansava de dizer “big estrada”, ou

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

seja, era um programa de obras, e aí quando o atual Governo assumiu, passou a impressão de que o programa era um programa de pesquisas, apenas de pesquisas e de estudos, e detonaram o programa.

O programa podia ter vários erros, mas tinha muitos avanços. Só para citar, Deputado, porque eu acho interessante vocês terem conhecimento disso, o BID liberou, no ano passado, cento e oitenta e cinco milhões de dólares para o Governo Federal, que era para ser investido no Programa Pantanal. E a partir do ano que vem o Brasil começa a pagar juros desse empréstimo. E o Estado foi contra o programa, dizia que tinha muitas pesquisas, pesquisas caríssimas, que estava além do valor, mas eu paro para pensar e falo: mas, espere aí, não é o Estado que vai fazer a licitação? Se ele estava lá, estava uma sugestão do valor para ser gasto com a pesquisa. Se ele entendeu que aquele valor era alto, que ele colocasse um valor interessante, correto, e que fizesse a licitação em cima disso. Aquele lá era uma sugestão, não quer dizer que era obrigado a pagar aquele dinheiro para a empresa que fosse fazer o serviço.

De repente, detonaram o programa e o Governo Federal pegou os cento e oitenta e cinco milhões de dólares, e simplesmente está usando lá para ele, sendo que era obrigação dele gastar nos dois Estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Só para Cuiabá, para a segunda etapa do Programa Pantanal - para a segunda etapa, não para essa primeira -, tinha sessenta milhões de dólares para Cuiabá e Várzea Grande para a área de saneamento.

Eu quero até aproveitar e perguntar para o Diretor da área de saneamento, porque eu ouço algumas informações que Cuiabá tem 70% do seu esgoto coletado. Parece-me que é esse o tratado, mas é do que é coletado. E parece-me que 30% ou 40% apenas são coletados. Essa é uma dúvida que eu tenho. Eu consultei alguns professores da universidade, o professor Paulo Modesto, que a professora conhece, que me passaram, mais ou menos, essa informação. Não temos 70% do esgoto. São 70% do que é coletado. Parece-me que o coletado é 40%. Eu não tenho certeza, passaram essa informação.

Outra coisa, Cuiabá era considerada, eu não sei se ainda é, uma das capitais que mais tinha desperdício na sua distribuição de água. Ou seja, de cada cem litros encaminhados para as residências, chegavam cinquenta e um litros. Ou seja, quarenta e nove litros eram desperdiçados. Eu quero saber se ainda continua esse índice, o que está sendo feito.

Eu quero parabenizar a professora Naninha. Eu não sou muito velho, vou fazer trinta e sete anos e me considero um rapaz novo, e tive a felicidade de pescar no córrego da Prainha, que passava nos fundos da minha casa. Hoje, esses córregos, o da Prainha, do Barbado, são utilizados, realmente, para canal de rede de esgoto.

Eu queria saber se a política em Cuiabá será essa; se continuarão mantendo esses córregos como canais de rede de esgoto ou se haverá uma política para recuperar isso, para que um dia volte a ser como era antes.

O interessante é isso. Foram liberados cento e oitenta e cinco milhões de dólares para o Programa Pantanal. Eu acho que os dois Governos, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, deveriam exigir que o Governo Federal disponibilizasse esse recurso e não liberasse, como será no Programa Pantanal, através de emendas. Veio em dinheiro e agora vamos precisar de emenda parlamentar para resolvermos o Programa Pantanal. Era só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu vou deixar os componentes da Mesa falarem por último.

Antes do Elias, havia duas pessoas que queriam falar, mas nós vamos levar essas falas para o final da audiência.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Orlanda, moradora do Bairro Dom Aquino, por onde passa um dos córregos que mais leva lixo para o rio Cuiabá.

A SR<sup>a</sup> ORLANDA- Cumprimento os senhores.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Já que estamos tendo um problema, temos que arrumar solução para ele. E a solução começa pelas crianças, pelas donas de casa, que elas cobrem dos seus maridos o conforto.

Nós precisamos de água, nós precisamos de conforto (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, a professora Carolina Joana, bióloga da UNEMAT.

A SR<sup>a</sup> CAROLINA JOANA - Eu posso falar três minutos? Porque trabalho com números ímpares.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Um não serve, tem que ser três?

A SR<sup>a</sup> CAROLINA JOANA - De três para frente.

Bom-dia! Eu quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Seu ex-aluno, né?

A SR<sup>a</sup> CAROLINA JOANA - É! De Agronomia.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Na UFMT.

A SR<sup>a</sup> CAROLINA JOANA - O professor Francisco me lembrou. Pelo menos a minha avaliação de professora é boa, eu acho, porque estou com um ex-aluno aí se comprometendo.

Gostaria de cumprimentar a minha amiga Valquíria e, na sua pessoa, cumprimentar toda Mesa, porque ela é a única representante da metade da população da humanidade. Então, quero cumprimentá-la.

Eu anotei alguns pontos das pessoas que falaram aqui. Eu vejo que as imagens, as fotos que o Deputado mostrou e a estratégia que ele vem abordando nesta Audiência nos possibilita colocar as nossas opiniões, as nossas visões de uma forma bem assertiva.

Quando vi a questão do lixo, que ele abordou, vi expressa a nossa falta de educação. E no caso da baía de Chacororé e Siá Mariana, Chacororé é meu lugar de projeto ecológico de longo prazo, é o lugar que escolhi para estudar e para viver.

Então, eu vejo que a baía de Chacororé, como falei para o Promotor, Dr. Gerson, pelas condições, pela gênese do rio Cuiabá... Eu acho que é importante entendermos a gênese do rio, porque é um rio de meandros, e a posição que a baía de Chacororé está possibilita uma área de deposição. Então, além de depositar o lixo, também é depositado biocida. Nós temos estudos já publicados que mostram que a baía de Chacororé é um grande depósito de biocidas, que vem da parte alta do rio. Por isso, também, que o lixo se deposita ali. Quando nós vemos o lixo, quando ouvimos falar da dragagem, são porções fragmentadas de um todo.

Eu vejo que para tomarmos uma atitude positiva com relação ao rio Cuiabá, nós temos que pensar nele como um manejo integrado, participativo da bacia, onde nós podemos ver assim... Por que a dragagem? Eu não quero discutir o ponto da dragagem, mas, sim, qual é a fonte? Por que nós temos assoreamento? Nós temos assoreamento, pela história geológica do rio, por causa do desmatamento e porque falta de controle dos barcos que freqüentam o rio Cuiabá. O rio Cuiabá não tem condições de suportar os barcos com a potência que têm. Então, falta um controle dos órgãos que têm essa função de limitar tanto no rio Cuiabá quanto no rio Paraguai. Isso é uma coisa simples de se fazer, até para o manejo como um todo. E aí já começaria a diminuir a necessidade de dragagem e diminuir fontes de assoreamento, porque nós temos que atacar a fonte, a origem do problema.

Outra coisa que me preocupou aqui, que ainda vai em direção a essa fragmentação de uma proposta, foi a fala do representante do IBAMA. Eu quero que o senhor me dê licença, porque eu vejo assim. Nós participamos recentemente da Conferência Nacional do Meio Ambiente, como delegados, eu o Abel, que estamos aqui, e o Pardoal, e fomos a Brasília representar Mato Grosso. Na discussão da Conferência foi falado muito da necessidade de aumentar as unidades de conservação e terras indígenas e do processo da legalização dessas terras. Uma das propostas é

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

principalmente trabalhar na direção de reserva de biosfera que são áreas, unidades de conservação do modelo internacional.

Então, me assusta quando o Governo Federal, quando existe toda uma política na criação de unidades do tipo reserva da biosfera, e o representante do IBAMA coloca esse modelo como se fosse um processo de internacionalização. Então, eu vejo que isso também mostra o exemplo de fragmentação, da falta de integração dos mesmos órgãos. Então, há a necessidade de se pensar como está sendo a política, de forma que falemos a mesma linguagem e não se coloque equívocos no processo.

Eu vejo, então, que para pensarmos nesse modelo integrado da bacia, temos que pensar numa base ecológica e nessa base ecológica remeter à gênese do rio, porque entendendo a gênese, como ele se procede, podemos ver onde estão os problemas e como minimizá-los numa base cultural também. Nós somos ribeirinhos, é um rio que tem uma cultura, que toda a cuiabania está na base do rio Cuiabá, eu sou ribeirinha, sou de Santo Antônio do Leverger, e conheço essa cultura. E numa base socioeconômica, ver quais são os usos que se tem da bacia.

Quando nós pensamos assim, por exemplo, quando se fala em Governo do Estado, se falamos nessa exportação de grãos, nós estamos exportando água. Água no processo de exportação virtual, o Brasil não tem retorno financeiro dessa exportação de água. Então, quando o Deputado coloca os dados do uso da água em irrigação, nós estamos usando essa água, exportando essa água junto com a soja, e não estamos cobrando por isso. Enquanto outros países, por exemplo, como a Holanda que só trabalha com coisas finas, nós brasileiros ficamos exportando a nossa água, o nosso solo para alimentar os porcos deles. Então, eu acho que nós temos que saber o que nós estamos fazendo, e não vendermos gato por lebre.

Nesse alicerce de pensar em uma base ecológica, em uma base cultural, em uma base socioeconômica, nesse manejo integrado, eu quero sugerir que o Governo invista mais na pesquisa. Investir em pesquisa significa... Eu vejo que essa atitude do Governo atual em diminuir investimento em pesquisa é um retrocesso. É um retrocesso que a Assembléia Legislativa, nesse caso, Deputado, eu quero pedir a Vossa Excelência para fortalecer o pedido do Sr. Francisco, de realmente ir contra essa medida. E também, eu acho que é importante, no manejo integrado, pensar no fortalecimento da agência que é reguladora, a FEMA.

Então, eu acho que a FEMA precisa de mais funcionários capacitados, e capacitá-los também em uma base ética. Porque essa base ética vai fortalecer aqueles funcionários de modo que eles possam não se corromper facilmente. Eu acho que nós precisamos ter uma atitude mais ética, de mais moral, com a coisa pública.

Então, eu vejo que há uma necessidade também de um fortalecimento ético dos funcionários que estão à frente dos órgãos reguladores.

Eu quero parabenizar e fortalecer essa sugestão que Vossa Excelência está colocando, de criar um fórum permanente de defesa do rio Cuiabá, para realmente trabalhar. Eu me coloco à disposição para construir esse manejo integrado do rio e da bacia. Coloco-me à disposição para discutir cada vez mais o destino da nossa cidade e das nossas áreas, porque eu concordo com o Dr. Jorge, para que realmente nós possamos levar os nossos filhos, os nossos netos, aos lugares onde trabalhamos, onde vivemos. Realmente, é isso que eu considero sustentabilidade. Sustentabilidade é pensar nas gerações vindouras. Eu vejo que isso faz parte da cultura cuiabana, eles sempre falam de vindouros. Então, os cuiabanos há muito tempo já têm o conceito da sustentabilidade na nossa cultura. Nós falamos dos vindouros, que são as gerações futuras. Então, eu vejo que se nós colocarmos nessa base de sustentabilidade esse manejo integrado, nós podemos definir quais os pontos que precisam ser atacados, são possíveis resolver.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Eu tenho um artigo escrito sobre manejo integrado de bacias hidrográficas. Eu quero colocar esse artigo à disposição da sua equipe para que ele possa ser usado. E todas essas coisas que eu falei já estão nesse artigo. Grata (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Começa a ficar forte esta questão de nós formamos o fórum permanente.

Com a palavra, o Sr. Dílson Leal Silva, da Associação Ambiental de Cáceres.

O SR. DILSON LEAL SILVA - Deputado Sérgio Ricardo, no qual eu parabeno por esta Audiência Pública, que é de relevante importância. Quero cumprimentar a Mesa, em nome do meu colega Adão, amigo, e colegas assistentes aqui presentes.

Eu sou de Cáceres, pequeno produtor rural e presidente da Associação Ambiental dos Produtores Rurais da Barra da Piraputanga.

No final de março, nós tivemos uma audiência pública em Cáceres, em que seria estudada a área para instalação do aterro sanitário daquele município. Através de discussão junto aos técnicos, professores da UNEMAT, técnicos da FEMA, acharam aquela área da região de Tarumã inviável. E dali saiu que não seria mais aquela área, porque os professores da UNEMAT levaram um decreto, que está aqui, do dia 21 de novembro de 2002, que institui equipe multidisciplinar para análise ambiental detalhar relativa a área para implantação do aterro sanitário no Município de Cáceres. Os professores de Cáceres viram que ali era uma área inviável, por estar localizada na beira do Pantanal, a quinhentos metros de uma mina - eu tenho aqui toda a imagem de satélite, que eu vou deixar para Vossa Excelência, Deputado - à beira do córrego das Pedras e a três quilômetros e oitocentos metros do rio Paraguai. Isso eu considero nascente, porque ainda iria correr para chegar a cidade de Cáceres, onde faz a coleta de água. Concluíram que ali seria uma área inviável. Quando chegou agora no mês de outubro, nós ficamos sabendo que teve uma reunião do Prefeito com o Secretário de Meio Ambiente e o Prefeito de outro município que se filiou ao PFL, e o nosso Deputado estava presente também, em que foi resolvida que seria aquela área. E nós recebemos como presente ali a Licença de Instalação, no dia 21.10.03. Antes disso a associação encaminhou ao Sr. Moacir Pires, Presidente do CONSEMA, para que fosse enviado, discutido junto ao CONSEMA. Nós enviamos no dia 13 de outubro. Nós encaminhamos no dia 13 de outubro e eles protocolaram no dia 15 de outubro. E a reunião do CONSEMA, Dr. Gerson, eu acho que foi no final de outubro. Viemos a essa reunião, mas nem em pauta foi colocado. E a reunião foi antes da data da licença.

Então, companheiros, nós estamos parabenizando vocês, brigando pelo rio Cuiabá, e nós estamos aqui pedindo um apoio de vocês para que nos ajude a impedir essa barbaridade. E aqui dá para ver muito bem. Nós temos aqui imagem satélite, o aterro sanitário, aqui a serra...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Então, já foi autorizado o aterro?

O SR. DILSON LEAL SILVA - Já foi autorizado. A serra, o rio Paraguai e ainda temos o desenho de onde vai ser a captação de água.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Houve um estudo da UNEMAT, dizendo que não poderia...

O SR. DILSON LEAL SILVA - A UNEMAT falou que tinha que ser feito o Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA. E quando falou para o Prefeito, ele simplesmente colocou a UNEMAT de lado.

Aqui nós temos... Desculpe, mas do assunto eu não entendo muito, é mais para engenheiro. Quando vemos aqui, o aterro sanitário está na altura de 166 metros, o rio Paraguai 119 metros e na beira do aterro sanitário já está a 145, 146 metros. Então, já começa o Pantanal, que chega... E a mina, que está a 170 metros. É assustador! 210 metros a serra, 170 a mina, 166 o aterro sanitário e 119 o rio Paraguai.

Isso aqui também queremos deixar para o senhor...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu queria que o senhor deixasse tudo aqui conosco, porque isso aí já vai ficar na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa

O SR. DILSON LEAL SILVA - Então, terminando aqui, eu tiro uma cópia...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Isso, na realidade, é uma denúncia que você está trazendo aqui.

O SR. DILSON LEAL SILVA - É uma denúncia. É um caso grave.

Eu vim à reunião, vi o convite para esta Audiência Pública, me prontifiquei a vir aqui porque eu acho que nós precisamos de ajuda. Já fiz a denúncia ao Ministério Público, ao Dr. Edson, fizemos a denúncia que tem outro fato bárbaro também aqui, não é recurso hídrico, é o nosso aeroporto internacional que está a nove quilômetros e quatrocentos metros, sendo que existe uma resolução do CONAMA que fala que tem que ser 13 quilômetros de raio, porque não pode existir nada que atraia pássaros.

Então, com tudo isso nós estamos preocupados e pedimos, colegas, apoio. Nós sabemos de suas lutas, sempre temos acompanhado, eu fui vereador naquele município e uma bandeira que eu sempre carreguei foi o meio ambiente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Comunico a presença e chamo para compor a Mesa o nobre Deputado Chico Daltro.

Com a palavra, o Sr. Abel Nascimento, Presidente da ADERCO, que tem um trabalho importantíssimo, exatamente com um dos nossos rios, que é o rio Coxipó. Ele sempre está envolvido com a questão do meio ambiente.

O SR. ABEL NASCIMENTO - Quero cumprimento o Deputado Sérgio Ricardo, parabenizá-lo pela iniciativa desta Audiência Pública. Cumprimento o nosso eminente Procurador do Meio Ambiente e, na pessoa dele, toda a Mesa, a distinta platéia, os nossos amigos, irmãos ambientalistas e comunitários em geral.

Nós temos uma preocupação, Deputado. Quando nós checamos o Orçamento do Estado, percebemos que meio ambiente não é prioridade, aí nós ficamos preocupados de verdade, porque 2% do PPA para o próximo ano são disponibilizados para o meio ambiente. O que é pior, 12% são disponibilizados para estradas, para abertura de novas estradas na região do nortão.

Então, nós percebemos claramente o descompromisso do Governo com a causa ambiental. Esse caso do companheiro que esteve aqui e trouxe esse depoimento é mais uma aberração de desrespeito à sociedade civil organizada e a uma instituição tão séria quanto a UNEMAT, que tem um parecer e é ignorado.

O caso, professor Chico, na questão de Manso, a UFMT foi clara quando disse que era um projeto de relevante impacto ambiental para o Estado. Portanto, ela não interferia, não assumiria aquele compromisso de ser mais uma responsável pelo impacto de tamanha grandeza, e hoje nós temos o impacto de tamanha grandeza. Quantos lagos do Brasil secaram no ano passado, com a redução, escassez de energia tivemos no ano passado?

Nós temos um projeto de mega envergadura que o Cabral vai expor.

Eu gostaria de colocar que o professor Carlinhos foi muito feliz quando ele colocou a questão do trabalho, do manejo integrado de bacias, e dizer também ao nosso amigo dos recursos hídricos e da FEMA que nós estamos preocupados com o meio ambiente. Fizemos uma ação no final de semana, domingo, pedimos a participação da FEMA e ela não compareceu conosco. Eu fico preocupado quando o órgão gestor da política ambiental do Estado, que deveria puxar as rédeas do comando na questão ambiental, sequer participa conosco, sequer manifesta o desejo de participar conosco. Fizemos pela centésima quadragésima segunda vez a Ação Pontual de Ecologia no rio Coxipó e no rio Cuiabá, mais de duzentas toneladas retiradas do rio, mas isso não muda o

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

problema, porque nós temos quantidades imensuráveis de lixo, cerca de seiscentas a mil toneladas por mês jogadas aleatoriamente no rio. Essas ações são meramente paliativas, não mudam o contexto. Mas nós colocamos a seguinte frase: a palavra convence, mas os exemplos arrastam. E é por isso que nós sempre fazemos as ações.

Começamos em meados de 80 a fazer esse trabalho, anos 80, até aí trabalhava no movimento comunitário. É nossa responsabilidade e nosso dever, temos que atuar. Na condução dos trabalhos como um todo, eu costumo colocar que o rio Cuiabá só existe em função dos pequenos tributários, dos pequenos rios, dos seus afluentes. Se acabarem seus afluentes, não existirá mais o rio Cuiabá, mas nós trabalhamos em função do rio Cuiabá, rio Cuiabá, rio Cuiabá, e esquecemos a bacia como um todo. Aí nós temos o Coxipó, temos o rio Manso, nós temos quantos rios nos temos na região que são seus afluentes que estão desaparecendo, professor Afro Stefanini, ex-Deputado Federal e ex-Deputado Estadual. Então, estão desaparecendo por falta de um compromisso político. Quantos milhares e milhares de córregos e nascentes foram destruídos pela monocultura, e ninguém falou isso? Desapareceram. Foram entulhados pelos galhos das árvores, entulhados pela terra que foram sendo tombadas pelos tratores. Não sou contra o progresso, não, Deputado. Eu sou favorável, mas desde que trabalhem dentro de uma ótica da sustentabilidade ambiental. Essa ótica é a primeira.

Nós temos aí, hoje - a Professora Eliana sabe disso, a professora Daniela apresentou um resultado -, em Cuiabá, quarenta e oito mil coliformes fecais; Coxipó, cinqüenta mil coliformes fecais; águas impróprias para o banho, impróprias para o consumo humano, para animais em geral. Erosões na bacia do rio Coxipó. Erosões bem aqui próximas da gente, com mil quatrocentos e cinqüenta metros de extensão, de comprimento, doze metros de largura, dez metros de profundidade, bem aqui próxima, que interferiu no abastecimento de água da cidade há três anos, com quarenta por cento de redução. Uma semana caótica da água que teve em Cuiabá, devido ao assoreamento. Falta de uma política mais consistente por parte do Governo Estadual, que infelizmente olha de maneira equivocada para a questão ambiental.

O companheiro Elias Santos colocou claramente a questão do PP - Projeto Pantanal. Infelizmente, Elias, noventa e cinco por cento do projeto é destinado à questão da recuperação na área de Mato Grosso do Sul e cinco por cento para Cuiabá na área de projetos. Ficamos sem os recursos. Então, nós estamos aí numa situação tão difícil em relação aos nossos projetos.

Os rios Cuiabá e Coxipó ainda subsistem, haja vista as ações que nós conseguimos colocar no amplo debate com a sociedade e numa ampla mobilização social, onde priorizamos informar, sensibilizar e depois conscientizar. Achamos que consciência é um estado de espírito, e só se chega lá após se tornar sensível à causa.

Então, nós precisamos primeiro informar, depois sensibilizar. E nós estamos com problemas seriíssimos. Nossos rios estão desaparecendo por uma questão social, o desmatamento provoca assoreamento, quebra de barranco, alarga os rios que se tornam mais rasos. Nossos animais, nossa fauna ictiológica, nosso peixe não tem alimento. Ele, então, tem que fugir para outras regiões e desaparecer. Como o professor sempre falou, não é jogando o peixe no rio que se restabelece o peixe. Tendo programas mitigadores de impacto do rio é que restabelecemos a nossa fauna ictiológica.

Então, na seqüência, com certeza, o Cabral vai apresentar o projeto que nós temos. É um miniprojeto na área de educação ambiental, na área de mitigação de impacto ambiental por resíduos, principalmente na área de pet. Obrigado (PALMAS).

O Sr. Afro Stefanini - Vossa Excelência me concede a palavra só para fazer um aditivo?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Afro Stefanini.

O SR. AFRO STEFANINI - Eu deixei de falar aquela hora.

Nós somos uma ONG particular da bifurcação do rio Paraná, no Paraguai, até a cabeceira do rio. Quando nós fizemos aquele levantamento, as vertentes eram o dobro do que são hoje. Hoje, as nossas vertentes rendem por dia cinqüenta mil litros d'água. As nascentes, cinqüenta mil litros d'água. Naquela ocasião, rendiam cem mil litros. A sua colocação é correta, professor. Estão secando as cabeceiras.

Quando eu demarquei o aproveitamento da cabeceira do rio da Casca, em 1952, deixamos 400 hectares de área reservada para servir o Pindaival. Pindaival é uma nascente das águas. Hoje, lá não é mais Pindaival é Braquiariaral. Só tem braquiária. Acabou. E a nascente que deixamos está quase a quatro mil metros abaixo de onde era. Por aí, o professor tem toda razão quando se refere a esse aproveitamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO)- Eu quero passar a palavra ao Deputado Chico Daltro, que foi Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso e tem projeto nessa questão de usinas. Inclusive, foi citado aqui um projeto dele.

O SR. CHICO DALTRO - Bom-dia a todos os participantes!

Eu quero saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Sérgio Ricardo, que propôs esta Audiência Pública.

Eu quero dizer que estávamos participando de uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que acontece neste mesmo horário, e não pudemos estar aqui durante todo o andamento desta Audiência.

Nós pedimos para nos ausentar da reunião da Comissão de Constituição e Justiça para participarmos desta Audiência e colocarmos nossa posição em dois assuntos.

Eu gostaria de agradecer a menção do Dr. Gerson a respeito do nosso projeto. É um projeto que iniciou sua tramitação e está aberto para melhoramentos, esperamos receber sugestões de emendas no sentido de aperfeiçoar essa idéia. Nós queremos delimitar, na verdade, a área de impacto, independente da potência de uma usina hidrelétrica. Hoje, determina-se em razão da produção de 10 megawatts, e, às vezes, menor do que essa produção, pode haver um impacto maior que estamos querendo delimitar em relação à altura de barragem, etc.

Uma outra posição que temos aqui para o tema, Deputado Sérgio Ricardo, é em relação à questão despoluição do rio Cuiabá. A propositura aqui da criação de um fórum permanente para definição de políticas, entendemos que é extremamente válida e necessária. E para contribuir com essa idéia, gostaria de colocar que apresentei uma emenda ao PPA, que é o Plano Plurianual, vale por quatro anos, e vamos votar esse PPA nos próximos dias, essa semana e na semana que vem, aqui na Assembléia Legislativa, e em seguida o Orçamento 2004. A nossa emenda ao PPA cria, no programa de gestão de recursos hídricos, da FEMA, da Secretaria de Meio Ambiente, um projeto de despoluição do rio Cuiabá, ou seja, é uma ação, uma atividade específica dentro desse programa que ainda não existe. Então, no PPA estamos criando, com essa emenda, o projeto despoluição do rio Cuiabá. Estamos atribuindo, inicialmente, o valor de um milhão de reais por ano, 2004, 2005, 2006, 2007. Ao final desse período, somaria quatro milhões de reais. De onde sairá esse recurso? Na Secretaria de Transportes nós temos o Programa de Apoio ao Saneamento Básico dos Municípios. Então. A nossa emenda retira desse Programa de Apoio Básico aos Municípios, da Secretaria de Transportes, e transfere esse valor de um milhão de reais para a FEMA, nesse programa de gestão de recursos hídricos, criando o projeto atividade despoluição do rio Cuiabá. Que objetivo é esse? A par dessas discussões, até agora não se tem - no nosso caso de Deputados Estaduais que estamos ligados aí ao Governo Estadual nas suas atividades - um programa criado para tratar objetivamente uma ação concreta sobre a despoluição do rio Cuiabá. O valor colocado aqui pode ser um valor pequeno

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

demais, ínfimo, em relação às necessidades de custos. Mas o nosso objetivo é começar, é criar efetivamente para ver se no ano que vem não estejamos aqui discutindo a criação de um programa, de um projeto, e sim discutindo um valor de aplicação.

O Governo do Estado de Mato Grosso, e aqui nós temos o Diretor de Recursos Hídricos da FEMA, tendo um recurso apropriado, pode buscar recursos federais e até internacionais em termos de que um convênio. Se trouxer recursos, já tem esse suporte para a contrapartida do Governo do Estado. Por exemplo, vários são os convênios e projetos que o Governo do Estado entra com 10% de contrapartida. Se nós conseguimos um projeto dessa natureza, de um milhão de reais, vai significar 10% de dez milhões, já se torna onze, então, a coisa pode aumentar em termos de articulação, de fontes de recursos para um programa de atividade estabelecido tanto no PPA como no Orçamento do Governo do Estado para se praticar. Ou seja, a partir do ano que vem já teremos o Governo do Estado, localizado na FEMA, na Diretoria de Recursos Hídricos, com um projeto atividade de despoluição do rio Cuiabá, com recurso apropriado de um milhão de reais. Esse é o objetivo, e que possamos, a partir disso, criar essa discussão.

Por exemplo, no ano que vem o Governo, ao elaborar o projeto de Orçamento para 2005, já teremos a discussão de que valor colocar nesse projeto atividade de despoluição do rio Cuiabá, se vai manter um milhão de reais, se vai aumentar. Então, é uma discussão que vai ampliar sua objetividade, no nosso ponto de vista, e que vai demandar a concretização de uma ação em relação a esse tema que nós somamos a toda luta do Deputado Sérgio Ricardo e entendemos, para todos aqui, ser de fundamental urgência uma atividade concreta em relação a essa questão da despoluição do rio Cuiabá. Não adianta termos aqui tanto técnica quanto ambiental e socialmente a preocupação, o desespero pelo que está acontecendo com o rio, a morte lenta do rio Cuiabá e na verdade não tomarmos nenhuma iniciativa. Se a prefeitura vai tomar, o recurso dela é pouco; o Governo do Estado sozinho, o recurso é pouco. Então, vamos começar efetivamente com o que tiver e transformar isso num grito maior para se conseguir alocar e articular outras fontes em outros níveis, para se conseguir mais recursos para essa questão de ter um projeto de despoluição, ou seja, o Governo do Estado já pode desenvolver, a partir disso, a busca de uma articulação com as prefeituras banhadas pelo rio Cuiabá, no sentido de ver que valor do orçamento de cada prefeitura, por menor que seja, pode entrar num conjunto de recursos e, principalmente, levar essa discussão para cima, no âmbito do Governo Federal e em até organismos internacionais, no sentido de viabilizar mais recursos para um projeto atividade específico, concreto, existente e sendo trabalhado pelo Governo Estadual.

Nós entendemos que essa tentativa é uma busca de estabelecer uma ação concreta na área que nos abrange, enquanto Deputado Estadual, que é criar o projeto atividade, dotar os recursos iniciais para o primeiro orçamento no Governo do Estado de Mato Grosso.

Então, gostaríamos de apresentar aqui essa medida por nós proposta, em tramitação ora nesta Casa, para que os senhores possam avaliar também a validade ou não desta idéia, para que nós possamos retirá-la de tramitação, se for a avaliação do setor, ou aperfeiçoá-la para que ela possa gerar esse programa atividade, com esses recursos iniciais, ou mais, para que possamos ter efetivamente uma medida concreta.

Espelho nisso daí, porque o desespero maior é em relação ao rio Cuiabá, mas esse é um programa atividade que amanhã poderá ser estendido para outros rios do Estado de Mato Grosso, caso vão chegando neste nível desesperador de necessidade de recuperação.

Então, eu gostaria de deixar aqui essa proposta e agradecer a participação, Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Obrigado, Deputado. Nós percebemos que os trabalhos já estão sendo realizados, já existem iniciativas. Eu quero parabenizar

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

aqui o Deputado Chico Daltro por essa preocupação e ação efetiva com essa emenda e contar com o Deputado Chico Daltro, mais do que nunca, nessa proposta que nós estamos começando a encaminhar da elaboração desse fórum permanente, da formação. Nós gostaríamos muito que Vossa Excelência fizesse parte desse fórum e estivesse sempre discutindo, como Vossa Excelência já tem feito, essa questão do rio Cuiabá e do meio ambiente como um todo.

Eu quero conceder a palavra à professora Susana Hiroka, Presidente da ONG Ecos, pesquisadora e professora da UNIVAG.

A SR<sup>a</sup> SUSANA HIROKA - Bom-dia a todos.

Eu gostaria de reforçar primeiramente a importância dos comitês. Tem se discutido intensamente a questão da gestão dos recursos hídricos. Eu acredito que a FEMA está um pouco falha no sentido da divulgação desse comitê e dessas gestões. É necessário que isso seja mais divulgado para a comunidade em geral, e a formação do comitê é essencial e deve ser feita com urgência para discutir aqui vários projetos - e nós temos participado dessas Audiências Públicas, o Abel, Pardal, Elias, a maioria dos representantes de ONGs, como a professora Carolina.

Eu vou colocar uma preocupação que tenho que esses de repente podem estar sendo desarticulados em projetos isolados. Um comitê é essencial para que esses projetos se articulem e formem um grande problema que realmente resolva, ou que seja uma tentativa de solucionar esse problema de uma maneira coerente, inteligente, com a união da sociedade como um todo. Esse comitê é o momento de se ter a união da questão das ONGs com a questão do Poder Legislativo, com a questão do Executivo, da FEMA, para que todos juntos possam chegar a uma solução e com um objetivo em comum.

Com relação à questão da gestão dos recursos hídricos, vou reforçar uma outra preocupação que eu tenho que foi colocada naquela consulta pública que a FEMA fez na FAMATO. Dentro da questão da gestão dos recursos hídricos, tem que se colocar o uso da água. São estabelecidas taxas e cotas do uso dessa água. A água, ao contrário dos que muitos pensam aqui, não é um recurso renovável. Não é porque chove que a água se renova. A água é um recurso não renovável. É um mineral. E foi formada no momento em que o planeta Terra se formou há bilhões de anos. Pelo fato de ela não se renovar, ela tem um ciclo e esse ciclo está intimamente ligado com a questão da meteorologia e com a questão das chuvas. Nós temos também que investir na pesquisa. Reforço o que o professor Chico colocou. Se esse ciclo depende da questão meteorológica, há um perigo de se estabelecer essas taxas. Nós temos mudanças climáticas e essas taxas á não vão servir mais para nada.

Eu tive a oportunidade de participar de uma pesquisa internacional, onde nós temos a hipótese de que vai se entrar num ciclo de seca bastante próximo. No momento nós estamos vivendo um momento de superávit hídrico, isso quer dizer um momento de muita chuva. Nós estamos numa possibilidade de entrar numa nova etapa, num momento de seca. São hipóteses ainda. É uma pesquisa. Mas é algo que eu deixo como alerta para de repente se ter um investimento de estabelecer taxas de uso de irrigação, porque o momento que sair a gestão, sair essas taxas, sair essa regulamentação, essa normatização, nós teremos irrigações, nós teremos o uso exorbitante dessas águas que pode ser baseado num momento que não vai ser constante, porque a única coisa que é constante na natureza é a mudança, a natureza está em constante mudança.

Outra coisa que eu gostaria de colocar e concordar com o Deputado Sérgio Ricardo é com relação à questão das dragas. Eu também questiono até que ponto as dragas do rio Cuiabá estão normatizadas em cima de parâmetros técnicos. Fala-se em tantos metros das margens, a quanto de profundidade que essas dragas estão retirando areia de dentro do rio Cuiabá.

Eu tenho, há cinco anos, estado dentro de um patrimônio histórico, situado há 150 metros do rio Cuiabá, a Casa Dom Aquino. Muitos não devem conhecer, mas as pessoas mais

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

antigas da cidade devem conhecer a Casa Dom Aquino. Eu tenho presenciado, há cinco anos, um rebaixamento das margens do rio Cuiabá. O rio Cuiabá, às margens onde está a casa, está cedendo, e na frente da Casa Dom Aquino, no rio Cuiabá, nós temos ali umas cinco dragas sugando. Uma hipótese que eu tenho, como geóloga - a minha graduação é Geologia - é que deve estar ali abrindo buracos de cinco, oito metros de profundidade e as barrancas do rio não estão sustentando, estão tendo um deslizamento para dentro do rio. E a Casa Dom Aquino, que é um patrimônio, está rachando.

E por coincidência, que não é uma coincidência, mas sim um fato, isso ocorre no período da seca. Então, o rio rebaixa, ressecam as margens do rio e está tendo um solapamento, está tendo um rebaixamento das margens. Então, a questão das dragas é realmente preocupante. Por que dragas dentro do período urbano de Cuiabá? Será que isso está acontecendo só na Casa Dom Aquino ou será que as outras construções nas margens do rio Cuiabá não estão tendo esse problema?

E a questão das dragas serem correntes, realmente são correntes? Alguns geólogos ou alguns especialistas em assoreamento dizem que retirar areia do rio onde está se acumulando é benéfico, mas em termos da fauna, da ictiologia, o próprio professor Chico que está aqui pode contestar isso. De repente, para a fauna de peixes, ali no rio, não é interessante. Então, realmente, as dragas estão sem um parâmetro e sem uma normatização baseada numa questão técnica.

Era isso que eu tinha para falar. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu quero dizer que a questão das dragas também vai ser objeto de estudo da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e também será discutida em audiência pública.

Nós Deputados nesta semana estaremos num esforço concentrado na Assembléia Legislativa, vamos ter Sessão às 13:00 horas. Então, eu quero estabelecer mais meia hora para nós encerrarmos...

(NESTE MOMENTO, O SR. DEPUTADO CHICO DALTRO DIALOGA COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O senhor já está dispensado, Deputado. O senhor está participando da Comissão de Constituição e Justiça. Daqui a pouco os projetos que os senhores analisarem vão para votação em plenário. Muito obrigado pelo esforço de Vossa Excelência em interromper um pouco o seu trabalho e vir aqui. Vossa Excelência está dispensado e nós agradecemos.

O SR. CHICO DALTRO - Eu agradeço a oportunidade.

Ao concluir a votação tanto do PPA como do Orçamento, estando consignada essa nossa emenda, nosso prezado Diretor de Recurso Hídricos, Edson, recebendo de outro órgão essa dotação de um milhão de reais, talvez, a própria FEMA, em movimentação interna do seu orçamento, possa aumentar esse valor no projeto atividade despoluição do rio Cuiabá.

Muito obrigado, peço a compreensão de todos e preciso retornar às atividades da Comissão de Constituição e Justiça, porque daqui a pouco nós estamos no plenário com muitos projetos para analisar.

Muito obrigado, Deputado Sérgio Ricardo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vamos tentar obedecer ao tempo de inscrição. Com a palavra, o Sr. Cabral, que vai falar sobre o projeto da ADERCO, com relação ao rio Coxipó, que pode ser um embrião para o nosso rio Cuiabá.

O SR. CABRAL - Bom-dia, companheiros. Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Sérgio Ricardo, a quem cumprimento por esta ação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Quero dizer ao nosso querido Promotor, Dr. Gerson, que o projeto que está lá na sua mesa, de contenção dos resíduos sólidos, foi encaminhado por nós da ADERCO e da SOS Mato Grosso, e esperamos contar com o apoio de Vossa Excelência.

Deputado, companheiros, as pesquisas têm que continuar. Agora, as ações também precisam, é necessário executá-las. E a ADERCO foi fundada há mais de 13 anos, por companheiros abnegados, coxiponenses, às margens do rio Coxipó, aqueles que tomavam banho no Sayonara, em baixo da ponte. Nós nos reunimos e sentimos a necessidade de brigar por aquele patrimônio.

Nós começamos a denunciar, denunciar, denunciar, através da imprensa, fazendo alguns atos isolados, mas chegou o momento que, reunidos, entendemos que só com denúncia não se resolve, é preciso algumas ações concretas. Pensando nisso, convocamos algumas entidades ambientalistas para que juntos pudéssemos desenvolver um projeto efetivo e preventivo com relação ao lixo no rio Coxipó, no rio Cuiabá e, por conseguinte, no Pantanal Mato-grossense.

Esse projeto é constituído de cinco módulos. O primeiro é a briga constante da retirada da pet. A pet que hoje todo mundo briga, porque todo mundo vê pet flutuando em nossos córregos e nos nossos rios. Então, esse primeiro módulo acontece implementando ações que visem criar a cultura da comercialização do lixo, agregando valores ao lixo. Primeiro é a pet, agregando valores porque hoje não se vê mais latinhas às margens das ruas, nas estradas, porque agregaram valores às latas, ao alumínio. Então, nós queremos agregar esse valor também à pet, também ao alumínio, também aos pneus que andam jogados por aí. Como fazer? Nós criamos aí um guarda-chuva e convidando todas as entidades ambientalistas para estarem conosco discutindo, nós temos a idéia e estamos elaborando o projeto, já estamos aí com quatro entidades ambientalistas assinando o projeto.

Queríamos apresentar também aos companheiros da Assembléia Legislativa, aos Srs. Deputados, à FEMA, porque nós precisaremos também do Poder Público porque tem que ser uma ação integrada, sociedade organizada, Governo do Estado, iniciativa privada. Tudo passa pela educação, tudo isso. Quer dizer, criar consciência passa pela educação. Então, nós vamos criar também um outro módulo que é o trabalho de sensibilização nas escolas, que é o trabalho da educação ambiental, com o dinheiro do lixo coletado. Nós vamos coletar o lixo, passar para empresas comercializá-lo e investir na educação ambiental nas escolas.

Terceira fase, implantar a retirada do lixo nos condomínios, é o Projeto Condomínio Cidadão, envolvendo as empregadas domésticas, envolvendo os síndicos, os condôminos, criando a cultura da reciclagem.

Em seguida, nós vamos para os bairros criar a coleta seletiva do lixo. Aí muitos perguntariam, mas a prefeitura já não faz a coleta do lixo? Faz, mas ainda sobra muito lixo jogado nas nossas ruas, e é por isso que nós vamos para os bairros, com nossos técnicos, com nossos companheiros ambientalistas, fazer a sensibilização, comprando o lixo da comunidade. E eles vão discutir entre eles o que fazer com o dinheiro arrecadado.

E, depois, uma outra ação chamada Salvando o Pantanal. Essa ação será feita através do projeto do companheiro Borralho, de contentores de resíduos sólidos, que nós queremos implementar, em parceira, no mínimo dois a cada ano aqui no Município de Cuiabá, nos córregos já canalizados. Tudo isso decorrente dos recursos do próprio lixo. Criar culturas da coleta e da comercialização do lixo. O projeto é muito mais amplo, nós demoraríamos muito mais para explicá-lo. E nós gostaríamos de depois apresentar ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa, à FEMA num *workshop* que nós estaremos organizando, fazendo com muito mais detalhamento. Mas o que nós gostaríamos de dizer é que nós estamos abertos, a ADERCO está aberta para ser um guarda-chuva das outras ONGs para que nós possamos juntos criar um projeto eminentemente ativo com relação ao meio ambiente. Muito obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu tenho de encerrar as falas. E eu queria passar para a Mesa fazer as suas considerações finais, começando pela professora Valquíria.

A SR<sup>a</sup> VALQUÍRIA CARVALHO AZEVEDO - Eu quero agradecer ao Deputado Sérgio Ricardo e, em nome dele, os demais aqui presentes, por terem vindo somar conosco nesta defesa do meio ambiente.

Talvez eu não tenha me expressado bem no início. Tem um senhor aqui do Corpo de Bombeiros que deve estar pensando que eu estou iniciando no movimento ambientalista agora, mas não é não. Eu tenho mais de trinta anos trabalhando em defesa do meio ambiente.

Eu quero receber a denúncia daquele Presidente da ONG de Cáceres, porque enquanto Conselheira de Estado de Meio Ambiente, eu tenho a obrigação de receber a sua denúncia aqui agora, neste momento. Eu peço uma cópia. Amanhã nós teremos a posse lá no Conselho de Meio Ambiente, o senhor pode me entregar uma cópia que eu a entregarei ao Presidente do Conselho, ex-Deputado Moacir Pires.

Eu quero voltar minha fala para o Ministério Público, Dr. Gerson Barbosa, sobre os recursos do FUNDUR. Eu já sabia desse recurso. São três milhões de reais, se não me engano, que o Município de Cuiabá está devendo e não repassou ao Fundo. Esse recurso é destinado para pequenos projetos de integração no meio ambiente. Se nós, ambientalistas, tivermos acesso a esse Fundo, com certeza, essa degradação será minimizada.

Outra ação é com relação ao nosso grande programa de gestão ambiental para o Estado de Mato Grosso, que já está pronto, estão sendo alocados recursos agora, que é a gestão das águas de Mato Grosso, através da educação ambiental, em parceria com várias entidades do Estado de Mato Grosso.

Aqui, eu convido este Poder Legislativo para somar conosco, apesar de que eu já tinha colocado o nome da Assembléia Legislativa, que é nossa parceira na educação ambiental. Estou, apenas, pedindo um apoio do Deputado e desta Casa de Leis.

Coloco-me à disposição de todos para qualquer pergunta. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Edson Nunes, da FEMA.

O SR. EDSON NUNES - Eu só gostaria de fazer algumas colocações, porque eu vou sempre deixando para falar no final e acabamos perdendo tempo. Eu perco tempo porque não disponho dele todo.

Agora, dia 21, nós teremos uma moção para ser encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ao Governador e ao Secretário de Fazenda, solicitando que seja isentado do imposto um implemento primordial para a conservação do solo, que é o terraceador. Muitas propriedades, pequenas propriedades, até comunitariamente, podem adquirir um implemento desse sem o imposto, que o Estado cobra 17%. Se você comprar direto da fábrica, que é o que ocorre hoje, ninguém tem à disposição, são cobrados 1,5%. Isso é irrisório diante do benefício que ele traz. Não se justifica. Então, nós estamos fazendo uma gestão nesse sentido.

Outra coisa que eu gostaria de dizer é que nós estaremos no dia 11 colocando em votação, em deliberação, a outorga da água. Daqui para frente, no ano que vem, todos que usarem água terão que ter a outorga do Estado. E a água é uma só. Não haverá água para todo mundo, todos os empreendimentos. Então, é fundamental a formação de comitês para que se discuta, que seja o parlamento das águas, porque senão o Poder Público vai fazer o que sempre foi feito, criar privilégios, será o amigo do rei que terá água e não os súditos.

Então, nós queremos essa formação de comitês. É por isso que nós temos andado pelo Estado. Nós, realmente, não temos feito um bom trabalho de divulgação. Nós temos esquecido

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

de levar fotógrafo, levar repórter, porque realmente temos andado sozinhos até por motivo de economia, nem motorista, às vezes, temos viajado com carro próprio. Mas, no ano que vem, vamos modificar essa forma de agir.

Eu queria falar com respeito ao BID Pantanal, que o Elias Santos falou que o Estado tinha disponível dinheiro e que realmente gastava muito na pesquisa.

Para vocês terem uma idéia, nessa outorga, do dia 11, que foi elaborada por mim, mais dois companheiros da FEMA, funcionários, quando já estava pronta, a Coordenadora ambiental falou: Ah! Fiquei sabendo que vocês estão fazendo outorga lá. Nós temos um estudo, de 2001, que o Estado pagou para dois senhores virem de São Paulo, dois juristas... Eu falei: Vocês têm isso pronto? Temos, desde dezembro de 2001. Peguei todas as fotocópias, olhei, achei que o nosso estava melhor redigido... É o nosso é que vai para votação. Então, eu digo sempre: desperdício de dinheiro, gente! Será que não temos pessoas capazes no Estado? Nós temos. Só é preciso ter gerenciamento. Então, não se resolvem as coisas só com dinheiro, mas com boa vontade também.

Outra coisa é a questão que o Abel falou aqui que a FEMA não participa. Ela participa. Já está no SOS Cuiabá, é que talvez esteja havendo um equívoco. Inclusive, na outra semana, que fui a Campos de Júlio, deixei determinado para a nossa equipe de fiscalização de pesca que acompanhasse, descesse de barco no rio para ajudar na limpeza do rio. Às vezes, eu acho que é uma falta de informação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Adão Flores, do IBAMA.

O SR. ADÃO FLORES - Inicialmente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui presente, através do convite do nosso nobre Deputado Sérgio Ricardo.

Gostaria de parabenizar o nosso professor Avelino Tavares, quando pediu que fosse criado um fórum permanente para proteção do rio Cuiabá e de seus afluentes.

Nós queremos parabenizar também a brilhante exposição do nosso ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ex-Deputado Estadual, Afro Stefanini, que falou sobre os vinte e seis municípios afluentes do rio Cuiabá e que, infelizmente, hoje, para nossa tristeza, só existe um dos vertentes, os moribundos, como ele mesmo expressou.

Nós queremos agradecer também as palavras do Secretário de Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães, que enfocou o ecoturismo como uma das principais fontes de riqueza que supera inclusive outras grandes economias, ditas grandes economias, mas que não representam quase nada para o PIB brasileiro.

Eu sempre defendi o turismo como a solução de manutenção da floresta em pé da Amazônia. Não sabemos ainda a imensidão de recursos que essa Amazônia em pé pode nos dar.

Para que vocês possam ter uma idéia, o FMI, quando solicitado quanto eles nos pagaria pela nossa Amazônia e qual era o valor da Amazônia como ela está hoje, avaliou em um trilhão de dólares. Eu digo mais, é uma avaliação mentirosa. A Amazônia vale 10, 20, 30, 50 vezes mais que isso, porque é uma floresta, uma mãe gestatória que está continuamente reproduzindo árvores, biodiversidade para a biotecnologia, plantas ornamentais, plantas aromáticas, plantas medicamentosa, através da existência dessa grande floresta. Não existe preço para a nossa Amazônia. Por isso eu digo que não podemos deixar que a Amazônia caia nas mãos dos estrangeiros e faça com que nós brasileiros não possamos explorar esses recursos, através das nossas faculdades, das nossas universidades, das nossas fontes de pesquisas. Por isso eu estou de pleno acordo com o nosso Secretário Elias, de Chapada dos Guimarães, quando o enfoque é o ecoturismo.

Eu nasci em Bonito-MS, onde meu avô foi um dos fundadores daquele município, e fui criado em Miranda-MS, o portal de entrada do Pantanal. E cedo, muito cedo, desde garoto, eu aprendi a gostar da natureza, a me preocupar com a ecologia pantaneira. Então, essa é uma das

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

coisas que eu tenho como forte, um ambientalista, principalmente e primeiramente como nacionalista.

Eu gostaria de alertar a nossa professora Carolina Joana da Silva, que falou da internacionalização dos nossos potenciais hídricos. Eu, quando sou convidado para um debate, não gosto de ser convidado como Procurador do IBAMA, mas sim como o cidadão Adão Flores, para que eu possa dar minhas opiniões, livre de qualquer vínculo do meu setor de trabalho, porque antes de defender o órgão do meio ambiente, eu quero defender o meu País, as nossas riquezas, os nossos potenciais hídricos (PALMAS). Eu quero ter a liberdade de falar, de dizer para vocês o quanto nosso País é rico e quanta burrada os nossos governantes fazem ao entregar todos esses potenciais hídricos, transformando a Amazônia no patrimônio da humanidade, transformando o Pantanal no patrimônio da humanidade, transformando Foz do Iguaçu em patrimônio da humanidade, e elevando outras cidades históricas, como desculpas para que nos surrupiem todas essas riquezas, porque nós sabemos que o líquido precioso do milênio é a água.

Para que vocês tenham uma noção, hoje, um litro de água mineral nos Estados Unidos corresponde a 10,8 litros de gasolina; na Europa, 21 litros de gasolina para se comprar um litro de água; no mundo árabe, é oito ou dez vezes mais o preço da Europa.

Pelo amor de Deus, nós não podemos deixar essa fonte de riqueza fugir por entre os nossos dedos. O nosso Governo tem que acordar para essa realidade, eu não estou falando aqui como um defensor da União, mas sim como um brasileiro como um nacionalista.

Espero que vocês compreendam, não se deixem iludir por encontros fictícios que fazem alugar os ouvidos dos nossos formadores de opinião. O interesse dos países ricos é muito mais do que isso, estão interessados em nossas águas, que é o maior recurso hídrico do mundo, estão interessados em nossa biotecnologia da Amazônia. Daí porque eles compraram todas as empresas de energia elétrica do Estado do Amazonas, com um adendo, quase todos hoje, já preocupados com o abastecimento de água. Em cima disso veio o abastecimento do esgoto, quer coisa mais rendosa que vender água, vender energia, administrar esgoto? Diariamente uma dona de casa abre a torneira da pia da sua cozinha, do seu tanque de lavar roupas, são moedas que caem diariamente, diuturnamente, nos cofres das empresas multinacionais que estão atrás do domínio de riquezas do nosso país.

Eu estou falando como brasileiro, como nacionalista, eu não estou falando como aquele que se deixa alugar, se emprenhar pelas orelhas. E todo brasileiro que se preza não deve deixar se alugar pelas orelhas.

Eu quero dizer que a água é um líquido precioso do novo milênio. A água dólar será a moeda de troca mais valiosa que haverá no mundo moderno. Está faltando água no mundo. Está faltando água no mundo árabe, está faltando água na Europa, nos Estados Unidos, na África, na Ásia, os bichos, os animais, os búfalos, os elefantes, as girafas do mundo africano já estão nadando no barro. Pelo amor de Deus, vamos acordar para esse potencial que nós temos e não sabemos explorar, porque nós temos demais. E quando se tem demais, não se dá o devido valor. Mas eles que não têm mais essas potencialidades, eles que destruíram o mundo, através da história da humanidade, hoje, vêem na Amazônia o último reduto da natureza, como uma grande mãe gestatória da biodiversidade, da biotecnologia e produção de água para o mundo.

Vocês estão pensando que os Estados Unidos invadiram o Iraque por causa da água? Foi por causa do petróleo. Muito em breve eles vão invadir o Brasil por causa da água.

Se vocês virem o Projeto SIVAM, vocês vão ver que é uma vergonha em nível de Brasil. São mais de sessenta bases de observação, todas com aeroportos de pouso e decolagem com trinta metros de largura por mil, quatrocentos e cinquenta metros de comprimento. Vocês já pensaram a nossa viação brasileira com cento e quarenta sucatinhas aí? Com aqueles aviões de

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

---

guerra da OTAN? Vocês já pensaram sessenta bases de pouso e decolagem colocando dez aviões da OTAN daqueles que têm ogivas nucleares em cada base do SIVAM? Toma a Amazônia num piscar de olhos! Por isso que estão mudando os nossos comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, porque são nacionalistas que levantaram a voz e tiveram a coragem de alertar o País para isso. Nós não estamos aqui para agradar gringos. Nós estamos aqui para defender as coisas do Brasil. E como brasileiro, eu sou capaz de fazer isso sem medo de errar, porque tenho certeza de que eu estou procedendo como nacionalista.

Parabéns aos professores Abel e Pardal pela defesa do rio Coxipó. Nós conhecemos o seu trabalho ininterrupto há muitos anos. É um exemplo para todas as ONGs, que saiam dos gabinetes. Vão conhecer os nossos rios. Vão conhecer o rio Cuiabá, como o Deputado Sérgio Ricardo faz, mostrando diuturnamente no seu canal de televisão. Vá conhecer o que está se passando com o rio Coxipó, que está sendo degradado diariamente através dos esgotos urbanos. Vá conhecer os problemas da nossa Amazônia, da Amazônia mato-grossense. O que causa a poluição dos nossos lençóis freáticos, são os agrotóxicos, que todo mundo decanta a produção agroindustrial do Mato Grosso como uma das melhores do Brasil, mas não estão sentindo, através dessa poluição dos agrotóxicos, que através dos lençóis freáticos estão envenenando os nossos rios com a produção do algodão que é de oito vezes mais poluentes que a da soja, devido a crescente tonelagem utilizada de agrotóxicos na produção de algodão. São produções que estão vindo do estrangeiro para o Brasil, são produções de petroquímicas que estão tirando do Primeiro Mundo e estão mandando para a costa brasileira, para que poluam os nossos mares, as nossas costas marítimas, os nossos rios. E nós ficamos aqui aplaudindo, como se nada soubéssemos. Nós somos formadores de opinião, nós temos a obrigação de defender as nossas coisas, os nossos rios e, principalmente, a saúde do povo brasileiro. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Ivan Corrêa, para as suas considerações finais.

O SR. IVAN CORRÊA - Agradeço a oportunidade que o Deputado Sérgio Ricardo nos deu nesta Audiência Pública. Eu diria que o poder do mundo estará com quem tiver o poder, o controle da água. Nós assistimos diariamente às instituições falarem sobre a água e parece-me que nós estamos dormindo sobre isso. Acho que a política de saneamento, a política de meio ambiente tem que ser melhor encarada. Às vezes, nós ficamos tristes quando vemos que o orçamento só tem 2%. Isso não representa nada. É só fazer as contas. Para uma ligação de água de esgoto, nós temos dois mil e quinhentos dólares, e esse um milhão que o nosso Deputado Chico Daltro falou, se for representar isso, não dá para fazer quatrocentas ligações. Eu acho que a política de saneamento bem aplicada, bem definida, existe estatística, existem números, que é uma matéria vastíssima, que diz que um dólar aplicado no saneamento é vinte e cinco que se deixa de aplicar na saúde, nos hospitais, nas construções de suntuosos hospitais.

Com referência ao lixo, aos detritos jogados, nós também somos preocupados quanto a isso. Para que isso seja encarado de maneira efetiva, existem políticas nossas, da SANECAP, de levar até as escolas a educação, a separação, o uso e o reuso da água, buscando conscientizar a comunidade. Entendemos que a conscientização se faz necessária, tem hora que precisa de um tratamento de choque para que as pessoas sintam necessidade.

Nós temos exemplos na cidade, de bairros que ficam, às vezes, um dia sem água e é uma calamidade. Isso por um dia! Nós entendemos que existe no Nordeste cidade controlada de tal maneira que recebe água de cinco em cinco dias!

O nosso nobre Secretário de Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães fez uma pergunta, eu gostaria de respondê-la, neste momento. Os números que você tem são verdadeiros. Eu não vou questionar os números que você tem, mas o nosso índice de perda dentro da Capital chega

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

aos valores de 42% a 46%, para ser muito pessimista. Por quê? Porque a nossa comunidade, tendo em vista o líquido abundante, joga fora esse líquido que sai de uma captação, desconhecendo os custos de energia, de manutenção, de produto químico. Da mesma maneira que existe sistema de esgoto feito com muita dificuldade, com muito esmero, eu vou citar um exemplo, Tijucal, um sistema de esgoto perfeitamente executado, na época, com sistema de tratamento, para levar para a Lagoa do São Gonçalo. Além de arrebentarem todos os coletores que levaram para a lagoa, arrebentaram a lagoa e invadiram e hoje são casas. Se não bastasse, dentro do próprio Tijucal, as pessoas interligam seus esgotos nas galerias, supondo que aquele esgoto que passa na sua porta vai entupir. Quando faz isso, todas as vezes que chove, essas galerias enchem e nós sabemos, pelos princípios básicos comunicantes, que quando retorna, retorna para seus vasos. Isso é uma prática em Cuiabá.

Nós sabemos que o esgoto é caro. O Jardim Itália não tem tratamento de esgoto. Nós sabemos que o Boa Esperança não tem. É caro, porque tem que cortar asfalto, tem que repor esse asfalto depois. É caro por uma série de fatores, porque o esgoto tem que ter destinação final, mas eu digo e continuo dizendo, esta Audiência Pública serve para que os organismos aqui envolvidos se mobilizem e tragam respostas à comunidade, envolvendo escola, envolvendo todos que realmente tenham interesses.

Então, eu fico feliz de participar, Deputado Sérgio Ricardo, e colocamo-nos à disposição na SANECAP, com toda nossa equipe técnica, nós trabalhamos com técnica, porque sem técnica nós não chegamos a lugar nenhum. O poder político é fundamental, o poder econômico tem que existir, mas quando se esquece que a técnica é fundamental, há os desastres que acontecem no dia-a-dia. Eu acho que nós temos que unir a política, a técnica, a boa vontade com todo mundo, a comunidade, a divulgação, a conscientização, então, teremos resultados satisfatórios.

Então, eu gostaria de deixar essas considerações e agradecer a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o professor Francisco Arruda.

O SR. FRANCISCO DE ARRUDA MACHADO - Eu agradeço ao Deputado Sérgio Ricardo.

Enquanto funcionário público, exercendo a função de professor, uma das minhas obrigações é prestar esclarecimento e serviço à comunidade. Nesse sentido, só para fazer justiça à professora Carolina, com quem concordo em gênero, número e grau, até para puxar a fala da Suzana, nós temos que vender água como um recurso esgotável. Nós temos que nos defender e manter, sim. Sou nacionalista, sim. O problema é que a ignorância veiculada, muitas vezes, em notícias facciosas que alimentam principalmente a mídia virtual, hoje faz com que muitas pessoas que não lêem trabalhos científicos, que não têm informações claras terminem se equivocando, mesmo com a boa vontade explícita que há intrínseca. Nesse sentido, eu quero dizer que há uma necessidade fundamental para que todas essas questões que nós discutimos, seja implementada em nível municipal, em nível estadual e em nível federal.

Eu quero deixar clara a defesa minha, explícita aqui, de que a FEMA, Fundação Estadual do Meio Ambiente, tem que ser preservada, enquanto instituição, independente das pessoas que a compõem, como órgão mais importante e a Secretaria mais importante para demandar toda solução desses problemas e recebendo apoio dos Poderes instituídos. Os seus técnicos têm feito quase que o impossível. Eu tenho estado lá, terminei os meus dois anos de CONSEMA, representando a UFMT no dia 26 passado e sou testemunha de que tanta gente lá tem se esmerado em fazer o possível, mas ela está subdimensionada em cem por cento do efetivo que há hoje de funcionários, tamanha é a importância que tem.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Neste sentido, eu conclamo. Estou fazendo, assim, um contraditório, e muita coisa tenho colocado, como fiz na pesquisa, porque a informação básica, existindo enquanto pesquisa, pode subsidiar esses órgãos tão importantes, em nível municipal e, principalmente, em nível estadual. Com certeza, nós poderemos ter ações, atitudes adequadas que nos faça olhar ambiente como um bem de consumo primário e por isso fundamental à vida (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Dr. Gerson Barbosa.

O SR. GERSON BARBOSA - Parabenizo o Deputado Sérgio Ricardo por essa brilhante reunião. Fico extremamente feliz em ver pessoas que se preocupam com o meio ambiente. Nós vemos, temos notado que quando acontece um evento dessa envergadura, envolvendo o meio ambiente, aqueles que realmente efetivamente se preocupam com o meio ambiente estão presentes.

Anotei alguns pontos que eu gostaria de passar a vocês. Nesta reunião foram apresentados problemas, mas também foram apresentadas soluções. Apenas para não se olvidar da importância dessa reunião, inclusive que foi engendrada e levada a cabo por um membro da Assembléia Legislativa, e não podendo olvidar que a Constituição da República, quando diz que todos nós devemos buscar um meio ambiente ecologicamente equilibrado, obviamente a Carta Magna faz menção aos deputados, aos legisladores, tão grande a importância deles. E a Carta Magna incumbiu ao Poder Público algumas medidas, algumas ações, e eu tenho aqui uma ação concreta buscando realmente a sustentabilidade e um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os problemas que nós levantamos aqui com relação à falta de repasse ao fundo municipal, problemas de saneamento, são problemas gravíssimos. Por outro lado, nós chegamos a algumas soluções, por exemplo, a pesquisa. Devemos engendrar esforços para buscar, para que os órgãos públicos, ou até mesmo outros órgãos de defesa do meio ambiente, recebam recurso. E a pesquisa é de fundamental importância, principalmente se for direcionada para a UNEMAT, para a UFMT. Basta lembrar que quando eu fui Promotor em Cáceres, recebi grandes subsídios da UNEMAT, o que me fez levar a cabo a ação Hidrovia Paraná/Paraguai, uma ação civil pública. Depois, eu chamei o Ministério Público Federal. E partiu de algumas pesquisadoras que não tinham, coitadas, a duras penas, nem condições de estarem sempre no rio. E gerou, hoje, o que é. Isso partiu de uma ação da UNEMAT, a Hidrovia Paraná/Paraguai. Apenas, como lembrança.

A criação dos comitês, que a professora Suzana lembrou, é importante. Há vários projetos, mas eles estão disseminados e não há uma sistemática para que os recursos sejam melhores utilizados.

Eu mesmo, o Ministério Público tem um projeto de recuperação das cabeceiras. Nós temos o levantamento de todas as cabeceiras degradadas do Alto Paraguai, mas não temos recursos. Agora, o Ministério Público, realmente, é como o que disse Jean Paul Sartre: o filósofo constrói um palácio de idéias e habita uma choupana. O Ministério Público é um leão, quando se trata de buscar recursos para a saúde, para a educação, etc, mas quando envolve projeto dele, recursos para ele mesmo, somos tímidos. Realmente, nós temos que superar essa timidez. Mas eu já me reuni com ONGs, com a UNESCO, e pretendo chamar, agora, para esse processo de recuperação das cabeceiras a própria Assembléia Legislativa.

O fórum permanente também é uma solução. Eu considero que, como eu já disse, o meio ambiente não vive de mártir. Com um fórum permanente, com empenho, com engenho e com coração, nós realmente atingiremos o desiderato, que é a recuperação e a defesa do meio ambiente.

O orçamento que o Deputado Chico Daltro levantou. Melhorar o orçamento e criar uma legislação que, realmente, possa ser melhor utilizada são caminhos, principalmente subsidiar o órgão ambiental estadual, a FEMA. Seria uma ação concreta, porque hoje nós vemos, eu não sei

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

qual o posicionamento do Governador, mas tenho informação de que pretende diminuir os recursos da FEMA. Isso é extremamente deletério. A FEMA precisa de muitos funcionários para exercer o seu dever, poder de polícia. Tem poucos funcionários. Está certo que não é culpa desse Governo. Houve um Governo de oito anos e outros. Nós analisamos, como bem disse o Dr. Francisco, a FEMA como uma instituição em um todo, mas realmente ela está precisando receber recursos, fazer concurso público para colocar mais funcionários. Mas isso tudo são saídas que saíram dessa reunião.

Então, finalizando, eu quero me colocar à disposição, como Promotor de Justiça e membro do Ministério Público, representante do CONSEMA. Está dentro dos nossos parcos recursos, as nossas limitações jurídicas, institucionais, poder fazer alguma coisa pelo meio ambiente. Vocês poderão me encontrar lá onde era a COHAB. Nós estaremos lá à disposição de qualquer um que realmente tenha essa preocupação ou alguma denúncia para fazer, envolvendo o meio ambiente. Obrigado.

O SR. IVAN CORREA - Eu pedi a palavra, novamente, para dizer que amanhã, às 10:00 horas, estará sendo inaugurada na região do Ribeirão do Lipa uma ETA, com duzentos litros por segundo. Estarão sendo jogados dentro de Cuiabá mais setecentos e poucos metros cúbicos por hora, para atender toda região, melhorar significadamente e mudar todo sistema de Cuiabá em termos de abastecimento. Então, quem estiver interessado está convidado a estar lá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu entendo que essa nossa reunião aqui hoje, essa Audiência Pública... O meu objetivo foi ser agente promotor dessa reunião que foi de fundamental importância e nos mostrou que temos que... Uma das soluções é nos reunirmos mais, é estarmos conversando mais, todo mundo junto, porque percebemos ações isoladas, pessoas isoladas na proteção do seu canto, do seu espaço. Eu acho que temos que ver Mato Grosso como um todo e começarmos a nos reunir mais.

E a formação desse fórum permanente e desses comitês que foram sugestões dadas aqui, que já se demonstrou, já se viu que dá certo em outros locais, em outros Estados, é fundamental. Então, daqui sai esse encaminhamento.

Nós vamos começar a discutir, através da Comissão de Meio Ambiente, e em contato com vocês, vamos começar a organizar esse fórum permanente, essa formação dos comitês das bacias.

A partir desta semana, eu quero encaminhar para todos aqueles que participaram aqui, tudo que aconteceu aqui, tudo que foi falado, tudo isso está registrado, Dr. Gerson. E vocês vão receber o quê? O que foi dito aqui. E a partir de agora, vamos nos encontrar mais, formando esse fórum e esses comitês, que são importantes, porque agregam, unem, fazem com que as pessoas e entidades discutam melhor e mais. Então, na medida do possível, como Deputado, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, como Assembléia Legislativa, vou fazer de tudo para promover novos encontros para formatar isso.

Percebemos aqui que se falou em fórum permanente, gestão participativa, educação ambiental nas escolas e políticas articuladas entre os órgãos e entidades. Que nós todos nos articulemos e vocês verão que os resultados serão maiores. Por exemplo, esta Casa, Assembléia Legislativa, a busca de recursos, as emendas ao Orçamento do Estado, as necessidades, tudo isso começa a nascer dessas discussões, quando começamos a enumerar as idéias de todos aqui, que também dá um norteamento para a Assembléia Legislativa, para que ela também não caminhe isolada das entidades, dos ambientalistas e daqueles que querem um meio ambiente correto e o desenvolvimento sustentável.

Nós vimos hoje, e vamos procurar saber, porque me causa muita curiosidade, essa questão das dragas. Eu ando muito e vejo toneladas e toneladas de areia saindo todo dia do rio Cuiabá. Será que se tem um controle de quanta areia sai dali todo dia, se essa areia pode sair?

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS RECURSOS HÍDRICOS DE MATO GROSSO, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.**

---

Então, eu percebo que em 1940, na fotografia que colocamos ali, o rio Cuiabá era totalmente navegável. Até 1961 ele era completamente navegável, até o porto aqui em Cuiabá. Hoje já não é mais. Quando eu vejo que antigamente se chegava com as barcaças lá no porto e subia-se o córrego da Prainha, que hoje é essa avenida e era um córrego, distribuindo, fazendo entregas pelo córrego da Prainha. Quando eu cheguei aqui em 1980, estavam fechando o córrego da Prainha. Fechou-se um rio, virou uma avenida e isso tem acontecido com tantos outros córregos, hoje só tem um, que está moribundo, e já passou da hora de se discutir, de se entender, de se organizar, para que possamos preservar para o futuro, recuperar o que for possível e preservar o que ainda temos.

Agradeço a todos e declaro encerrada esta Audiência Pública cujo resultado foi excelente. Muito obrigado a todos.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Rossana Valéria Guerra;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa.